



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA**

**ANÁLISE DA PERFORMANCE EM ESG DAS EMPRESAS DO SETOR DE
ENERGIA QUE COMPUSERAM A CARTEIRA TEÓRICA ISE B3 EM 2022**

Júlia Cecília Ferreira Silva

**Belo Horizonte
2023**

Júlia Cecília Ferreira Silva

**ANÁLISE DA PERFORMANCE EM ESG DAS EMPRESAS DO SETOR DE
ENERGIA QUE COMPUSERAM A CARTEIRA TEÓRICA ISE B3 EM 2022**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Ambiental e Sanitarista

Orientador: Prof. Dr. Daniel Brianezi

Belo Horizonte

2023

AGRADECIMENTOS

Em 2023 completei onze anos de CEFET-MG. Desde os meus primeiros passos na instituição, ainda como aluna do curso técnico em Meio Ambiente, já sabia o quanto ela mudaria minha vida. E assim o fez. Mas isso não aconteceu por conta das paredes, mesas ou quadros que existem ali. Foi por causa das pessoas que cruzaram meu caminho e fizeram com que o CEFET-MG fosse um verdadeiro divisor de águas na minha jornada pessoal e profissional. À minha família, agradeço pelo suporte incondicional, por me inspirarem a continuar e por me mostrarem que dar o meu melhor no que faço sempre vale a pena. Aos meus amigos, agradeço a compreensão por todos os momentos de necessária ausência, para que meus compromissos estudantis fossem cumpridos. Aos professores da instituição, que acreditaram no meu potencial e me permitiram participar de tantos projetos interessantes, agradeço pela confiança e pelos ensinamentos compartilhados. Faço uma menção especial ao professor Daniel, meu orientador, que mesmo diante de tantas responsabilidades, foi generoso, compreensivo e solícito durante todas as vezes em que precisei. Aos meus colegas da faculdade, sou imensamente grata pelas trocas vividas dentro e fora de sala. Sei que sentirei falta de tudo isso. Mas sigo com a certeza de que levo um pouco de cada um em tudo o que faço e que ainda farei!

JÚLIA CECÍLIA FERREIRA SILVA

**ANÁLISE DA PERFORMANCE EM ESG DAS EMPRESAS QUE COMPUSERAM
A CARTEIRA TEÓRICA ISE B3 EM 2022**

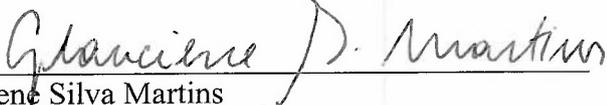
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

Aprovado em 29 de NOVEMBRO de 2023

Banca examinadora:



Daniel Brianezi – Presidente da Banca Examinadora
Prof. DSc. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG —
Orientador(a)



Glauciene Silva Martins
Prof. DSc. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG –



Sabrina de Almeida Silva
Analista de Sustentabilidade e ESG – Itaú Unibanco

RESUMO

FERREIRA SILVA, JÚLIA CECÍLIA. **Análise da performance em ESG das empresas do setor de energia que compuseram a carteira teórica ISE B3 em 2022.** 2023. 55 páginas. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária) – Departamento de Ciência e Tecnologia Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

No contexto da responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG, em inglês), este estudo compara o desempenho ESG das empresas do setor de energia, o mais representativo da carteira teórica do ISE B3 em 2022. A pesquisa, exploratória e descritiva, utilizou métodos bibliográficos e documentais para analisar questionários preenchidos pelas empresas do ranking. O objetivo foi avaliar as práticas ESG, destacando a performance do setor em dimensões que incluem Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Os resultados revelaram que as dimensões de Governança Corporativa e Alta Gestão, assim como Modelo de Negócios e Inovação, obtiveram as melhores médias. Em contrapartida, Capital Humano e Meio Ambiente registraram as pontuações mais baixas. Destaca-se a empresa EDP Energias do Brasil, liderando em quatro das seis dimensões analisadas. A metodologia empregada permitiu identificar boas práticas nas empresas do setor, oferecendo insights valiosos para organizações do mesmo ramo. Em síntese, este estudo preencheu uma lacuna de conhecimento ao se aprofundar nas razões que levam uma organização a se destacar em índices de sustentabilidade em termos de responsabilidade ambiental, social e de governança. Além disso, oferece referências práticas para organizações do setor e orientação para profissionais da área.

Palavras-chave: Bolsa de Valores Brasileira. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Práticas sustentáveis

ABSTRACT

FERREIRA SILVA, JÚLIA CECÍLIA. **Analysis of the ESG Performance of Energy Sector Companies in the Theoretical ISE B3 Portfolio in 2022**. 2023. 55 pages. Undergraduate thesis (Environmental and Sanitary Engineering) - Department of Environmental Science and Technology, Federal Center of Technological Education of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

In the context of Environmental, Social, and Governance (ESG) responsibility, this study compares the ESG performance of companies in the energy sector, the most representative within the theoretical portfolio of ISE B3 in 2022. The exploratory and descriptive research employed bibliographic and documentary methods to scrutinize questionnaires filled out by companies in the ranking. The objective was to assess ESG practices, emphasizing the sector's performance across dimensions, including Human Capital, Corporate Governance and Senior Management, Business Model and Innovation, Social Capital, Environment, and Climate Change. Results unveiled that Corporate Governance and Senior Management, as well as Business Model and Innovation, achieved the highest averages. Conversely, Human Capital and the Environment recorded the lowest scores. EDP Energias do Brasil stands out, leading in four out of the six analyzed dimensions. The methodology utilized allowed for the identification of best practices within the sector, providing valuable insights for organizations in the same field. In summary, this study filled a knowledge gap by delving into the reasons that propel an organization to stand out in sustainability indices concerning environmental, social, and governance responsibilities. Additionally, it offers practical references for sector organizations and guidance for industry professionals.

Keywords: Brazilian Stock Exchange. Corporate Sustainability Index. Sustainable Practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	6
2.1	Objetivo Geral	6
2.2	Objetivos Específicos	6
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
3.1	A evolução do conceito de sustentabilidade	7
3.1.1	<i>Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)</i>	9
3.2	O desenvolvimento sustentável no ambiente empresarial	10
3.3	Os mecanismos de divulgação de práticas ESG	12
3.3.1	<i>Sustainability Accounting Standards Board (SASB)</i>	12
3.3.2	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	15
3.3.3	<i>Sistema B</i>	16
3.4	ESG como critério de avaliação para investidores	18
3.5	A criação e o impacto dos índices ESG	19
3.6	Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE – B3)	21
3.6.1	<i>Diretrizes e Metodologia do ISE B3</i>	21
3.6.2	<i>O questionário do ISE B3</i>	23
4	METODOLOGIA	29
4.1	Documentos analisados	29
4.2	Seleção da amostra	29
4.3	Descrição das empresas que compõem a amostra	29
4.4	Análise da performance do setor mais representativo nas dimensões incluídas no cálculo do ISE B3	30
4.5	Análise das respostas ao questionário dadas pelas empresas melhores e piores colocadas em cada dimensão	30
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5.1	Resultados da dimensão Capital Humano	34
5.2	Resultados da dimensão Governança Corporativa e Alta Gestão	36
5.3	Resultados da dimensão Modelo de Negócios e Inovação	39
5.4	Resultados da dimensão Capital Social	42

5.5	Resultados da dimensão Meio Ambiente	45
5.6	Resultados da dimensão CDP	48
5.7	Visão geral.....	49
6	CONCLUSÃO.....	52
7	RECOMENDAÇÕES.....	53
8	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

As discussões voltadas para a sustentabilidade começaram a ganhar visibilidade na década de 1960, como uma consequência de diversas transformações sociais como o movimento de contracultura, materializado no movimento Hippie e a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, da autora Rachel Carson, em 1962, que trazia um alerta sobre efeitos nocivos do uso de agrotóxicos e uma série de reflexões acerca da relação entre a humanidade e a natureza.

Nesse cenário, tornou-se necessário levar a discussão para o debate internacional, de forma que fosse possível encontrar definições mais claras para o conceito e descobrir modelos de desenvolvimento que levassem em consideração, além do crescimento econômico, questões como conservação de recursos naturais e justiça social.

Essas discussões reverberaram em diversos ambientes, entre os quais está o contexto corporativo. Empresas de diversos setores passaram a refletir sobre seus processos, influências e maneiras de minimizar os impactos gerados por suas atividades. Considerando-se, então, a amplitude de atuação, potencial de impacto e relevância para a sociedade que as empresas listadas nas bolsas de valores têm, vale pensar que organizações desse porte possuem grande protagonismo em diversos países, em termos de impactos econômicos, sociais e ambientais.

Uma das formas através das quais o mercado, investidores e a sociedade como um todo podem avaliar e comparar o desempenho de empresas em termos de critérios ambientais, sociais e de governança é através dos índices de sustentabilidade, que são recursos desenvolvidos para avaliar e reconhecer a performance de empresas que investem em ações voltadas para os pilares *Environmental, Social and Governance (ESG)*, ou, em tradução livre, Ambiental, Social e Governança Corporativa.

O primeiro índice, chamado *Dow Jones Sustainability Index (DJSI – Índice de Sustentabilidade Dow Jones)*, foi criado nos EUA, em 1999. Na América do Sul, o Brasil foi pioneiro e, em 2005, foi criado o primeiro índice de sustentabilidade da América do Sul, chamado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). O que resulta de índices como esse é uma carteira teórica, “uma ferramenta composta pela seleção de ativos, que funciona

como um portfólio representativo, ou seja, não é realmente uma carteira de investimentos, mas serve apenas para composição de um índice financeiro” (XP EDUCAÇÃO, 2022).

A criação e consolidação de indicadores de sustentabilidade é relevante não somente pelo impulsionamento das discussões sobre o tema, mas também por oferecerem critérios objetivos para a análise e comparação do desempenho de empresas que lidam com contextos geográficos, sociais e ambientais distintos, ainda que atuem dentro de um mesmo país.

Diante da observação desse contexto, surge a seguinte pergunta: *como as empresas presentes no ranking ISE B3, na carteira teórica de 2022, se comparam em termos de boas práticas nos âmbitos sociais, ambientais e de governança?*

Sendo assim, esta pesquisa busca compreender de forma mais aprofundada quais são as maiores contribuições e oportunidades de melhoria, em termos da agenda ESG, que grandes empresas de capital aberto apresentam para investidores e para a sociedade como um todo, em especial no contexto brasileiro. Acredita-se que essa compreensão possibilitará, para investidores e para a sociedade, um maior conhecimento sobre as boas práticas implementadas por essas empresas para minimizar seus impactos negativos e potencializar seus impactos positivos. Ao olhar para o futuro, entende-se que pesquisas que tragam essa percepção possuem o potencial de serem usadas como referência para avaliação crítica de práticas dessas e outras empresas que, porventura, ainda não estejam incluídas nesse índice, mas que desejam seguir bons exemplos na sua indústria.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Comparar o desempenho em ESG das empresas pertencentes ao setor mais representativo da carteira teórica de ativos do ISE B3 em 2022.

2.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral seja alcançado, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- I. Descrever as bases conceituais que fundamentam a criação do índice ESG ISE B3 e os seus métodos de avaliação;
- II. Listar e caracterizar as dimensões e temas incluídos nos questionários que são preenchidos pelas empresas para apreciação da sua inclusão no índice;
- III. Selecionar e caracterizar as empresas pertencentes ao setor mais representativo da carteira ISE B3 em 2022;
- IV. Comparar as respostas dadas por cada empresa do setor de energia no questionário de avaliação para inclusão no ISE B3, de forma a identificar aquelas que apresentaram os melhores e os piores resultados;
- V. Identificar quais foram as práticas implementadas pelas empresas do setor de energia que apresentaram as melhores performances em cada uma das dimensões analisadas no ISE B3.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para garantir a adequada fundamentação teórica deste trabalho, buscou-se aprofundamento na evolução do conceito de sustentabilidade, o entendimento sobre sua aplicação no contexto corporativo, a maneira através da qual as empresas reportam seus resultados na agenda ESG e os instrumentos que viabilizaram que investidores e a sociedade como um todo avaliassem as organizações que cumpriam essa agenda de forma bem-sucedida.

3.1 A evolução do conceito de sustentabilidade

Apesar de críticas serem feitas ao modelo capitalista muito antes da ideia de sustentabilidade se estabelecer, na visão de Oliveira Filho (2004), o modelo de crescimento adotado por diversos países após a Segunda Guerra Mundial, o qual se fundamentava na aceleração das atividades de produção e consumo, e se apoiava no pressuposto de que os recursos ambientais não eram finitos, resultou no fato de que países capitalistas passaram a sofrer consequências relacionadas à escassez de recursos e enfrentar desafios para garantir a gestão deles.

Durante a década de 1960, alguns marcos históricos reforçam a ideia de que, naquele período, começavam a surgir, de forma mais estruturada, preocupações em relação ao modelo de desenvolvimento vigente à época. Nesse contexto, destaca-se a participação de especialistas e cientistas na discussão. Provas disso são, por exemplo, a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, que era bióloga marinha, e a realização da Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, também conhecida por Conferência da Biosfera, em 1968 na cidade de Paris.

A partir de então, a década de 1970 ficou marcada como uma das mais efervescentes no tratamento de pautas voltadas para a sustentabilidade. Alguns exemplos que confirmam essa perspectiva são a realização da Conferência de Estocolmo e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972.

Entretanto, como lembram Araújo et al. (2006), foi apenas em 1987 que o conceito de desenvolvimento sustentável recebeu um delineamento que serviria, nos anos seguintes, para identificar desafios e os esforços comuns a serem empenhados em prol da sustentabilidade. Essa definição ficou marcada no relatório *Our common future*, ou Nosso futuro comum, em

português, divulgado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse documento, definiu-se que “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2020).

Um outro marco importante nas discussões sobre o conceito de desenvolvimento é a Rio 92, também conhecida como Eco 92, realizada 20 anos após a Conferência de Estocolmo. Na ocasião, que contou com a participação de representantes governamentais de 170 países, ficou estabelecida a chamada Agenda 21, que trata dos compromissos das nações participantes para incluir os princípios do desenvolvimento sustentável na ordem das políticas públicas.

Desde então, diversos outros encontros e discussões internacionais trouxeram mais profundidade à concepção de sustentabilidade. Oliveira Filho (2004) ressalta que a Rio +10, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, introduziu o conceito de *triple-bottom line*, ou tripé da sustentabilidade, o qual define que o desenvolvimento sustentável é formado por três bases - econômica, social e ambiental. O mesmo autor, em suas palavras, coloca que o “o desenvolvimento sustentável busca a reconciliação entre as pressões aparentemente conflitantes do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental e da justiça social” (OLIVEIRA FILHO, p. 105, 2004).

Conforme afirma Costa (2018), mazelas como pobreza, fome, epidemias, eventos climáticos extremos, escassez de recursos, dentre outras questões, são alguns exemplos que chamam a atenção da sociedade para que modelos produtivos, econômicos e financeiros sejam revistos, de forma que essa conciliação entre os três pilares que compõem a sustentabilidade seja, de fato, viável.

Molina (2019) coloca que o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como essencial à permanência da vida humana, em toda sua completude, que inclui os âmbitos sociais, políticos, ambientais e econômicos, faz surgir a necessidade de que sejam criados indicadores para medi-lo de fato e, então, implementar ações que vão em sua direção.

Complementando essa discussão, Costa (2018) ressalta que, diante desses diálogos sobre o conceito de sustentabilidade, governantes, gestores, atores da sociedade civil e pesquisadores

passaram a ser, constantemente, incentivados a pensar em soluções para colocar em prática tais preceitos. Um desses instrumentos é a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que serão apresentados no próximo tópico.

3.1.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As discussões internacionais que culminaram na criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) tiveram início, oficialmente, na ocasião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida no ano 2000, chamada Cúpula do Milênio das Nações Unidas. Esse encontro, que ficou marcado historicamente pela criação da Declaração do Milênio das Nações Unidas, reuniu líderes mundiais que, de forma unânime, aprovaram o documento que estabelecia os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ROMA, 2019).

Os oito ODM definidos foram: erradicar a extrema pobreza e a fome, alcançar educação primária universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento. Além deles, foram definidas metas globais associadas a cada um, que totalizavam 21, além de um conjunto de 60 indicadores para o acompanhamento da evolução em direção aos objetivos traçados.

Então, como já previsto no cronograma de acompanhamento dos ODM, em 2015 aconteceu um novo encontro, desta vez no Rio de Janeiro, em 2012. Tal como reforça Roma (2019), a chamada Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) ficou marcado pela divulgação do documento “O Futuro que queremos”, o qual estabeleceu bases importantes para a construção de um novo conjunto de objetivos e metas, agora mais focados no desenvolvimento sustentável.

Após um período de negociações entre os países-membros da ONU, em setembro de 2015 foi divulgado o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. É nessa agenda que, além de englobar outras questões, se tornam vigentes os 17 ODS, para o período entre 2015 e 2030.

Atualmente, os ODS vigentes, tal como descritos pela ONU (c2023), são:

- Objetivo 1: Erradicação da pobreza
- Objetivo 2: Fome zero e agricultura sustentável
- Objetivo 3: Saúde e bem-estar
- Objetivo 4: Educação de qualidade
- Objetivo 5: Igualdade de gênero
- Objetivo 6: Água potável e saneamento
- Objetivo 7: Energia limpa e acessível
- Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento econômico
- Objetivo 9: Indústria, inovação e infraestrutura
- Objetivo 10: Redução das desigualdades
- Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis
- Objetivo 12: Consumo e produção sustentáveis
- Objetivo 13: Ação contra a mudança global do clima
- Objetivo 14: Vida na água
- Objetivo 15: Vida terrestre
- Objetivo 16: Paz, justiça e instituições eficazes
- Objetivo 17: Parcerias e meios de implementação

Ainda de acordo com a ONU (c2023), atualmente, dentre os US\$ 191,3 milhões disponíveis para o cumprimento da agenda, a maior parte, que corresponde a 15,8% do total, está direcionada para o Objetivo 16, que se refere à promoção da paz, justiça e instituições eficazes. Em seguida, empatados com 11,8% dos investimentos recebidos, estão os Objetivos 2 e 3, que respondem pela fome zero e agricultura sustentável, e saúde e bem-estar, respectivamente. Em último lugar no que tange ao recebimento de recursos de financiadores, está o Objetivo 7, que corresponde à energia limpa e acessível.

3.2 O desenvolvimento sustentável no ambiente empresarial

No que tange ao desenvolvimento sustentável no contexto corporativo, é possível dizer que, desde que o conceito surgiu, empresas de diferentes setores participaram de diversos debates sobre o tema. Um marco significativo da participação das empresas em discussões voltadas para a sustentabilidade, mais recente, é o Pacto Global.

Lançado em 2000, o Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações aos Dez Princípios Universais nas Áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção (Figura 3.1) e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais, que abrangem 160 países (PACTO GLOBAL, 2023?). Os setores aos quais pertencem essas organizações são diversos, tais como construção civil, indústria, agronegócio, energia renovável, investimentos imobiliários, serviços de crédito, seguros, telecomunicações, mídia, e muitos outros.

Figura 3.1 – Os 10 Princípios Universais do Pacto Global

Área	Princípio
Direitos Humanos	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
	Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
Direitos Humanos	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
	Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
Trabalho	As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
	A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
	A abolição efetiva do trabalho infantil.
	Eliminar a discriminação no emprego.
Meio Ambiente	As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
	Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
Anticorrupção	As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte - adaptado de Pacto Global (2023?)

O Pacto Global (2023?) também reforça que as empresas que integram o grupo também assumem, concomitantemente, a responsabilidade de contribuir para o alcance dos ODS. Portanto, ambos instrumentos, apesar de não terem poder regulatório, nem representarem algum tipo de obrigatoriedade, são iniciativas que dão diretrizes amplas e diversas para que os objetivos, metas e princípios identificados tragam transformações reais para a sociedade e, no caso do Pacto Global com o suporte de lideranças corporativas comprometidas com as causas apoiadas pelo projeto. No Brasil, atualmente, 1997 organizações estão registradas como participantes do Pacto Global.

Vale saber que são realizados encontros periódicos envolvendo as nações participantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Essas reuniões são chamadas de Conferência das Partes ou *Conference of the Parties* (COP), em inglês. No site oficial, em inglês, da UN Global Compact (c2023, tradução nossa), são elencados os principais benefícios desses encontros, que são a possibilidade de *stakeholders* medirem e demonstrarem seus progressos, de forma pública, em direção aos princípios do Pacto e os ODS; a oportunidade de as empresas construírem mais credibilidade e gerar valor à própria marca ao mostrarem seu compromisso com as questões sociais e ambientais; além de as organizações participantes poderem receber novos *insights*; aprenderem e melhorarem sua performance de forma contínua; bem como terem a oportunidade de se comparar com seus pares, usando a enorme fonte de dados do Pacto Global.

3.3 Os mecanismos de divulgação de práticas ESG

Um dos principais desafios para a divulgação de práticas ESG das empresas era a ausência de um mecanismo padronizado, que permitisse um entendimento comum sobre os assuntos abordados e a comparação entre as empresas. Por isso, algumas instituições se reuniram para criar padrões internacionais, que serão apresentados a seguir.

3.3.1 Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

Além da divulgação feita através dos mecanismos do Pacto Global, há o Sustainability Accounting Standards Board (SASB), que é um padrão global de divulgação de informações relacionadas a ESG. Nesse sentido, faz-se relevante entender as razões pelas quais os padrões SASB foram criados, as transformações geradas no mercado e as perspectivas futuras.

Fundado como uma organização sem fins lucrativos em 2011, o SASB tinha como objetivo contribuir para que negócios e investidores desenvolvessem uma linguagem comum relacionada aos impactos financeiros da abordagem sustentável. A ideia surgiu, portanto, a partir da identificação de uma lacuna no mercado, uma vez que a divulgação e a análise dos ativos tangíveis de uma empresa já não eram mais suficientes para analisar seu valor de mercado (SASB, c2023, tradução nossa).

De acordo com a própria instituição, nos dias de hoje,

[...] questões de sustentabilidade são questões globais para negócios, as quais afetam a condição financeira, o desempenho operacional e o valor de mercado das empresas. A segurança dos dados - uma questão social - é importante para as empresas do setor de software. A gestão da água - uma questão ambiental - é essencial para um produtor de bebidas. Gerenciar conflitos de interesse - uma questão de governança - é um aspecto crítico para um banco de investimentos. O gerenciamento eficaz dessas questões no longo prazo provavelmente melhorará o desempenho dos negócios na forma de custos operacionais reduzidos, melhora da reputação, maior resiliência a riscos, potencial para vantagem competitiva e aumento do valor da empresa no longo prazo (SASB, c2023, tradução nossa).

Para viabilizar a compreensão do que são os padrões SASB, vale dar um passo atrás e fazer uma distinção entre bases conceituais, como é o caso dos ODS e do Pacto Global, por exemplo, e os padrões propriamente ditos, como é o caso do SASB. De acordo com a referida instituição, as bases conceituais dão orientações baseadas em princípios sobre como as informações são estruturadas, preparadas e quais tópicos são abordados. Já os padrões fornecem requisitos específicos, comparáveis e replicáveis sobre o que deve ser relatado em cada tópico, incluindo métricas. Portanto, ambos são importantes, e os padrões fazem com que as bases conceituais se tornem um instrumento prático, acionável e cuja divulgação pode ser padronizada.

Diante desse cenário, em que a importância da padronização na forma de comunicar informações sobre o impacto financeiro da sustentabilidade era evidente e foi crescendo ainda mais, o SASB e o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) se uniram, em

2021, para criar a *Value Reporting Foundation*. Como resultado dessa aliança, uma grande quantidade de recursos como os *Integrated Thinking Principles* – ou Princípios do Pensamento Integrado –, *Integrated Reporting Framework* – ou Estrutura de Relatórios Integrados –, e *SASB Standards* – que são os padrões recomendados – foram disponibilizados para negócios e investidores, de forma a viabilizar o objetivo inicial, que era de criar uma visão compartilhada sobre o valor das organizações, dessa vez levando em consideração critérios que vão além da contabilidade tradicional (SASB, c2023, tradução nossa).

Atualmente, de acordo com o SASB (c2023, tradução nossa), os padrões existentes estão disponíveis e especificados para 77 setores. Isso significa que, para cada um desses setores, existe uma orientação específica sobre como deve ser feita a divulgação das informações relacionadas aos subconjuntos de questões ambientais, sociais e de governança, ou seja, ESG, que são relevantes para a avaliação do seu desempenho e valor de mercado.

Com base em informações divulgadas pelo SASB (c2023, tradução nossa), centenas de empresas em todo o mundo e em todos os setores estão usando os padrões SASB para comunicar informações de sustentabilidade financeiramente relevantes aos investidores. Como apontado no site da organização, 195 companhias brasileiras seguem os padrões SASB para divulgar seus relatórios. Alguns exemplos são a AMBEV SA, Arezzo Industria e Comercio SA, Azul SA, Banco Bradesco SA, Gerdau SA, JBS SA, Natura & Co Holding AS, entre outras.

Considerando a constante evolução das discussões e da maturidade das organizações envolvidas no desenvolvimento dos padrões SASB, em agosto de 2022, a *Value Reporting Foundation* consolidou-se com o nome de IFRS Foundation, a qual estabeleceu o chamado primeiro *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Com isso, a organização afirma que o ISSB será criado com base nas normas SASB já estabelecidas, bem como sua divisão por setor, mas também incorporará outras questões. No momento em que este trabalho foi escrito, os novos padrões ainda não haviam sido divulgados, portanto, seguem válidas as considerações e direcionamentos feitos através do SASB.

A IFRS (c2023, tradução nossa), atual responsável pelos padrões SASB, reforça que os critérios estabelecidos nesses padrões foram desenvolvidos usando um processo rigoroso e

transparente, que incluiu pesquisa baseada em evidências; participação de empresas, investidores e especialistas; e supervisão e aprovação do Conselho independente do SASB.

3.3.2 *Global Reporting Initiative (GRI)*

GRI é uma organização internacional, de caráter independente, que tem como objetivo auxiliar negócios e outras organizações a assumir suas responsabilidades em relação a seus impactos, através da criação de uma linguagem global para comunicá-los (GRI, c2023, tradução nossa).

Assim como acontece com o SASB, o GRI trabalha em conjunto com empresas, investidores, formuladores de políticas, sociedade civil, organizações do trabalho e especialistas para a criação dos padrões GRI. De acordo com a instituição, atualmente, mais de 10.000 organizações, localizadas em mais de 100 países, usam os padrões GRI para criar e divulgar relatórios sobre sustentabilidade e ESG.

A relevância dos padrões GRI para o mercado como um todo ficou evidenciada na pesquisa realizada pela KPMG (2022, tradução nossa), a qual aponta que 78% das 250 maiores companhias do mundo, também conhecidas como G250, usam as orientações do GRI para criar seus relatórios com informações sobre sustentabilidade e ESG.

O GRI foi fundado em Boston, nos Estados Unidos, em 1997, através da união e apoio de outras três organizações sem fins lucrativos: CERES, Tellus Institute e o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente. O objetivo era, naquele momento, criar o primeiro mecanismo para prestação que garantisse que as empresas aderissem aos princípios de sustentabilidade, o que em seguida foi ampliado para incluir questões ESG (GRI, c2023, tradução nossa).

De acordo com o GRI (c2023, tradução nossa), a primeira versão das diretrizes globais para relatórios de sustentabilidade da GRI foi publicada nos anos 2000. Em 2002, a primeira atualização foi lançada e, à medida que novas demandas de mercado eram identificadas, novas diretrizes eram lançadas, como aconteceu em 2006 e 2013. Já em 2016, o GRI deixou de oferecer diretrizes para, de fato, estabelecer os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade. Após esse lançamento, algumas atualizações foram feitas, como a inclusão de padrões sobre impostos e resíduos, implementação de padrões setoriais, etc.

3.3.3 Sistema B

O Sistema B foi criado pelo B Lab, uma organização sem fins lucrativos que surgiu nos Estados Unidos e no Canadá, em 2006, e tinha como objetivo principal uma redefinição da ideia de sucesso no contexto corporativo, de forma tal que levasse em consideração questões socioambientais e que gere valores que vão além da questão financeira. Entre os valores defendidos pela organização e pelo projeto estão: construção conjunta, paixão, diversidade, interdependência, cuidado e inovação. Em 2011, foi fundado o Sistema B *International*, cuja função é supervisionar o crescimento do movimento e a governança do projeto como um todo. O Sistema B *International* trabalha, portanto, em colaboração com parceiros nacionais que atuam ativamente no Chile, Argentina, Colômbia, Brasil, México, Peru, Paraguai, Equador, Colômbia, Uruguai, América Central e Caribe (SISTEMA B BRASIL, c2023).

Atualmente, o Sistema B é composto por um Sistema B internacional, dez Sistemas B nacionais, sete Sistemas B para comunidades locais e mais de cinco mil empresas certificadas, chamadas Empresas B, que, juntas, somam US\$ 500 bilhões em receita anual (B IMPACT ASSESSMENT, 2020, tradução nossa).

Entre as diversas iniciativas do movimento B está, por exemplo, a Certificação Empresa B, que segue diretrizes específicas para garantir o compromisso das empresas certificadas em relação a cinco áreas: governança, trabalhadores, clientes, comunidade e meio ambiente. Para ser uma Empresa B, as organizações candidatas precisam atender a alguns requisitos (Figura 3.2).

Figura 3.2 – Requisitos para se candidatar à certificação de Empresa B

Requisito	Explicação
Operar há mais de 12 meses	Como a Avaliação de Impacto B analisa informações com base no último ano fiscal da operação, é necessário que a empresa esteja ativa há mais de um ano.

(continua)

(conclusão)

Requisito	Explicação
Ter fins lucrativos	Apenas empresas com fins lucrativos podem se certificar, ou seja, fundações, ONGs e outras organizações da sociedade civil não são elegíveis para a certificação.
Operar em um segmento de mercado competitivo	Esse requisito significa que a operação da empresa deve atuar em um mercado que, de alguma forma, confira exposição aos riscos enfrentados por negócios, como concorrência, impostos, mudanças comerciais, etc.
Ser completa e distinta	A Certificação B não é válida para marcas ou unidades de negócios específicas, somente empresas completas e distintas.
Não pertencer a uma indústria controversa	Alguns exemplos são o agronegócio no Brasil, cassinos, empresas de cobranças de dívidas, produtos farmacêuticos, entre outros. Em alguns casos, a participação na certificação não é autorizada, em outros, é possível que a empresa que pertence a algum desses setores participe, desde que cumpra alguns requisitos especiais.
Estar de acordo com os requerimentos legais	Esse requisito reforça que, para ser uma Empresa B, a organização deve incluir em seu contrato social as chamadas Cláusulas B, que asseguram legalmente o compromisso da organização com os princípios e valores do movimento B.
Preencher a Avaliação de Impacto B (BIA)	Para ser uma Empresa B, as organizações devem preencher a Avaliação de Impacto B, também chamada de BIA, que é um questionário gratuito, online e confidencial.
Pagar a Anuidade da Certificação	É necessário pagar uma taxa de inscrição e, uma vez que a empresa alcançar o mínimo de 80 pontos após preencher a BIA, ela deve fazer o pagamento da Taxa Anual de Certificação, que varia conforme o faturamento da empresa no último ano fiscal.
Recertificação	Apesar de a taxa ser anual, a Certificação como Empresa B é válida por três anos. Após esse período, as empresas que desejarem manter-se como Empresa B devem passar pelo processo de avaliação novamente.

Fonte - Sistema B Brasil (c2023)

Vale saber que, para a Certificação Empresa B, não existem restrições quanto ao porte ou estrutura societária da organização. Podem participar do processo multinacionais, pequenas, médias e grandes empresas, startups e até mesmo microempreendedores individuais (MEIs) (SISTEMA B BRASIL, c2023).

3.4 ESG como critério de avaliação para investidores

Costa (2018) ressalta que, junto à evolução das discussões voltadas para a sustentabilidade nas organizações, esteve o movimento de investidores em prol do desenvolvimento sustentável, materializado no documento *Principles for Responsible Investment* (PRI), ou Princípios para o Investimento Responsável. Desde sua formação, em 2006, o PRI vem crescendo consistentemente em diversos indicadores como o total de ativos sob gestão, número de detentores de ativos e número de signatários, que superou 1400 em mais de 50 países (PRI, 2019, tradução nossa).

O PRI é uma iniciativa de investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global da ONU. Ban Ki-moon, ex-Secretário Geral da ONU, ressalta que

[...] Até pouco tempo atrás, as implicações dos temas de sustentabilidade para os investidores e os mercados financeiros eram muito mal compreendidas e, em grande parte, ignoradas. Os Princípios para o Investimento Responsável, com o apoio da ONU, vêm ajudando a corrigir esta distorção, trazendo maior clareza para a relevância financeira dos temas ambientais, sociais e de governança, fornecendo um modelo para que a comunidade mundial de investimento contribua com o desenvolvimento de um sistema financeiro mais estável e sustentável (PRI, 2019, tradução nossa).

O PRI (2019, tradução nossa) evidencia a crença dos investidores de que “um sistema financeiro global economicamente eficiente e sustentável seja absolutamente necessário para a criação de valor no longo prazo”, e apresenta seis princípios, que demonstram os compromissos dos signatários (Figura 3.3).

Figura 3.3 – Os seis compromissos firmados por investidores signatários do PRI.

1 Incorporaremos os temas ESG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão.	2 Seremos proativos e incorporaremos os temas ESG às nossas políticas e práticas de propriedade de ativos.	3 Buscaremos sempre fazer com que as entidades nas quais investimos divulguem suas ações relacionadas aos temas ESG.
4 Promoveremos a aceitação e implementação dos Princípios dentro do setor do investimento.	5 Trabalharemos unidos para ampliar a eficácia na implementação dos Princípios.	6 Cada um de nós divulgará relatórios sobre atividades e o progresso da implementação dos Princípios.

Fonte - adaptado de PRI (2019, tradução nossa)

Nesse sentido, considerando tantas iniciativas com objetivo de facilitar e padronizar a divulgação de informações sobre critérios ESG, fica claro o protagonismo que o mercado, no qual se incluem algumas empresas e investidores, têm buscado assumir em relação à aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável em seus ambientes de atuação. Por isso, iniciativas que levam em consideração aspectos ambientais, sociais e de governança têm ganhado destaque entre esses *stakeholders*.

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA, 2021), o estoque de investimentos ESG alcançou US\$ 35,3 trilhões em 2020, um aumento de 15% em relação a 2018, levando em consideração os mercados da Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Ainda, com base na 3ª Pesquisa de Sustentabilidade realizada pela ANBIMA, em 2020, a sustentabilidade tem alcançado relevância significativa, sendo avaliada com notas de sete a dez em escala de importância para 86% dos participantes.

3.5 A criação e o impacto dos índices ESG

Para transformar essa percepção de importância em realidade, bolsas de valores, gestores de investimentos, e outras organizações de todo o mundo se reuniram para criar regulações e outros mecanismos para facilitar a identificação de empresas, por parte dos investidores e a sociedade como um todo, que cumprem de forma satisfatória os elementos que compõem a

agenda ESG. Entre esses mecanismos estão a criação de selos e rótulos, como o *SRI* da França e *LuxFLAG* do Luxemburgo; criação de padrões como o *Global ESG Disclosure Standards for Investment Products*, publicado pelo *Certified Financial Analyst (CFA)* (ANBIMA, 2021); e também a criação de índices de sustentabilidade e carteiras teóricas de ativos, que facilitam a avaliação das empresas listadas na bolsa de valores em relação ao seu desempenho em critérios ESG.

De acordo com a S&P DJI (c2023, tradução nossa), um índice é um grupo ou conjunto de instrumentos, derivativos e outros títulos financeiros que representam e medem o desempenho de um mercado, classe de ativos, setor ou estratégia de investimento específicos. Os índices são instrumentos práticos para empresas e investidores, que derivam de bases conceituais teóricas e recomendações internacionalmente aceitas, para que sua definição leve em consideração preceitos já estabelecidos e consolidados cientificamente e em práticas de mercado.

Existem diversos índices e, diante da necessidade crescente de investidores avaliarem ações que sejam consideradas ambiental e socialmente responsáveis, surgiram os indicadores que reforçam a evolução dos títulos mais representativos de um mercado de ações, nesse caso, que se mostram comprometidos com causas socioambientais.

Entre as bases conceituais que formam o arcabouço teórico para a criação de índices associados aos critérios ESG pode-se citar o já mencionado Pacto Global da ONU, os ODS, o GRI, o Sistema B, e os padrões estabelecidos pelo SASB (B3, c2023c).

O conhecimento sobre as bases conceituais é relevante para que se compreenda, de forma crítica e para além de um número ou classificação, o que é esperado das empresas em termos de contribuição para a economia, o meio ambiente e a sociedade.

Na prática, esses índices fornecem aos investidores um portfólio, ou seja, uma carteira teórica de empresas que cumprem critérios de sustentabilidade com mais diligência, quando comparadas com outras empresas. Normalmente, a avaliação das empresas que farão parte de cada lista, que também é conhecida como ranking, acontece anualmente. Ao longo do ano podem acontecer alterações no ranking, e essas situações são previstas em regras descritas na metodologia de cálculo dos índices, as quais são aplicadas quando acontecem variações

significativas na pontuação de alguma organização ou no caso de algum evento atípico que implique a entrada ou saída de algum ativo antes do período oficial de avaliação. É o que aconteceu, por exemplo, com a Americanas S.A., que fez parte da carteira entre 02/01/2023 e 22/01/2023 (B3, c2023a), mas que foi retirada após a divulgação das inconsistências em relatórios financeiros da companhia.

Em levantamento feito por Centeno *et al.* (2021, tradução nossa), em uma análise por continentes, a Europa e a Ásia compõem os mercados com maior quantidade de índices de sustentabilidade ativos, com 15 e 13, respectivamente. Na América Latina e Caribe, apenas seis bolsas de valores contam com índices de sustentabilidade, presentes na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

3.6 Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE – B3)

No Brasil, um dos índices de sustentabilidade mais conhecidos foi desenvolvido pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3), com apoio técnico da ABC associados, financiamento do Banco Mundial e apoio de monitoramento de mídia pela Reprisk, e é chamado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Esse índice foi o quarto a ser criado no mundo e o primeiro da América Latina (B3, c2023c).

De acordo com a B3 (c2023c), o objetivo do ISE B3 é “ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial”.

Silva e Lopes (2019) afirmam que o propósito por trás da criação do ISE é viabilizar a análise do desempenho em sustentabilidade das empresas listadas na B3, além de servir como um instrumento de diferenciação dessas organizações, bem como medir o grau de comprometimento da empresa com a eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

3.6.1 Diretrizes e Metodologia do ISE B3

Diferentemente do que acontece com alguns outros indicadores de sustentabilidade, o ISE B3 é composto por um número variável de empresas, ou seja, não é uma carteira teórica de ativos com um número fixo de participantes. Para fazer parte da lista, as empresas precisam participar de um processo seletivo composto por sete etapas (Figura 3.4).

Figura 3.4 – Processo seletivo para fazer parte do ISE B3

Etapa	Descrição
1 – Convite às empresas	As empresas elegíveis ao índice são formalmente convidadas a participar do processo.
2 – Avaliação quantitativa	Nessa etapa, as empresas devem responder ao questionário ISE B3. As respostas são voluntárias e auto declaratórias, as empresas devem respondê-lo de forma integral. São calculados os pontos totais obtidos por cada empresa participante (Score Base), que varia de 0 a 100 pontos percentuais. Ainda, as informações coletadas são complementadas pelo Score <i>Climate Change</i> (Score CDP), usado para avaliar as empresas em termos de enfrentamento às mudanças no clima.
3 – Coleta de evidências documentais e avaliação qualitativa	Essa etapa é feita por amostragem e com base na consistência das respostas dadas. Todas as organizações participantes devem enviar documentos e evidências que comprovem suas respostas nos questionários. Eles são analisados qualitativamente por um processo estruturado, com dupla revisão, e resultam em uma nota de 0 a 100.
4 – Cálculo do Score ISE B3	O cálculo do ISE B3 é feito através da aplicação de um fator qualitativo (nota qualitativa/100) sobre 50% do Score Base, com o objetivo de atenuar distorções na avaliação quantitativa.
5 – Compilação do RepRisk Index – Peak RRI	Esse índice é uma métrica de risco reputacional relacionado a aspectos ESG e é usado para avaliar empresas. Varia de 0 a 100 e, para o ISE B3, é considerado o maior valor diário nos últimos 24 meses antes do início da vigência da carteira.
6 – Aplicação dos critérios de inclusão	Para compor a carteira ISE B3, as organizações devem cumprir os requisitos de nota mínima – ou máxima, no caso do RepRisk Index – Peak RRI – em todas as etapas anteriores.
7 – Aplicação dos critérios de exclusão	Na última etapa, são excluídas as empresas que não atendem os critérios de inclusão mencionados, ou que, durante a vigência da carteira, sejam classificadas em alguma situação especial, ou que, também durante a vigência da carteira, se envolvam em incidentes que as tornem incompatíveis com os objetivos do ISE B3.

Fonte - adaptado de B3 (2023b)

Esse processo seletivo é finalizado em novembro de cada ano, sendo que a carteira definida entra em vigor em janeiro do ano seguinte. Vale ressaltar, entretanto, que são feitos rebalanceamentos quadrimestrais da carteira, momentos nos quais ocorrem reavaliações do RepRisk Index – Peak RRI e do *Score CDP-Climate Change* (B3, 2023b).

3.6.2 O questionário do ISE B3

O preenchimento do questionário é uma das partes mais importantes – senão a mais importante – do processo seletivo que avalia a inclusão das empresas na carteira teórica do ISE B3. De acordo com relatório divulgado pela Bravo Research em parceria com a B3, o questionário “serve como base de referência para compreender e destrinchar os principais temas, aspectos e ângulos de impacto relacionados à sustentabilidade das empresas” (BRAVO RESEARCH, 2023). As perguntas que compõem o escopo são baseadas nos padrões SASB e GRI, que permitem avaliar as empresas de forma sistêmica e, ao mesmo tempo, considerar suas particularidades.

Vale ressaltar, assim como descrito pela Bravo Research (2023), que o questionário evoluiu em saltos significativos de maturidade. Para se ter uma ideia, partiu de 185 perguntas, em 2005, quando o ISE B3 foi criado, para 263, em 2020. Em 2021, a metodologia foi reformulada de maneira ainda mais significativa, com uma redução no número de perguntas aplicadas a todas as empresas convidadas e a adição de perguntas específicas por setor, de forma a viabilizar uma análise mais precisa e uma comparação mais justa.

O questionário vigente, preenchido em 2021 pelas empresas que compuseram o ranking ISE B3 em 2022, é dividido em dimensões, temas e tópicos. Alguns deles são considerados gerais, ou seja, devem ser respondidos por todas as empresas participantes, e outros são específicos, que devem ser respondidos apenas por empresas de alguns setores (B3, 2022b) como descrito a seguir:

Dimensão 1: Capital Humano

- Tema: Práticas trabalhistas
- Aplicação: Geral.

- Tópicos: Condições de Trabalho, Formatos de Trabalho, Qualidade de Vida e Benefícios, Trabalhadores e Terceirizados, Redução das Desigualdades Proteção de Dados de Colaboradores.
- Tema: Saúde e segurança do trabalhador
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Liderança e responsabilidade, Práticas de Gestão, Desempenho, Certificações, Cumprimento Legal.
- Tema: Engajamento, diversidade e inclusão dos funcionários
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Compromisso com a Promoção da Diversidade e Inclusão, Promoção da Diversidade e Inclusão.

Dimensão 2: Governança Corporativa e Alta Gestão

- Tema: Fundamentos de gestão da sustentabilidade empresarial
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Compromissos e Práticas de Gestão, Alinhamento com Agenda 2030 e ODS, Práticas de Remuneração e Incentivo, Gestão do Engajamento com Stakeholders, Gestão da Materialidade, Práticas de Transparência nas Divulgações, Práticas Contábeis e Financeiras.
- Tema: Práticas de governança corporativa
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Engajamento das Lideranças com a Sustentabilidade, Relacionamento entre Sócios, Auditoria e Controles Internos, Conduta e Conflito de Interesses, Integração da Sustentabilidade na Estratégia, Autonomia do Conselho de Administração, Composição e Dinâmica do Conselho de Administração, Diversidade no Conselho de Administração, Qualidade da Alta Gestão, Governança de Controladas, Coligadas e/ou Subsidiárias, Comitê de Auditoria.
- Tema: Ética nos negócios
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Gestão da Ética na empresa, Combate à Corrupção.
- Tema: Manutenção do ambiente competitivo
- Aplicação: Geral.

- Tópicos: Defesa da Concorrência.
- Tema: Gestão do ambiente legal e regulatório
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Penalidades Administrativas e Judiciais, Atuação e Influência Coletivas.
- Tema: Gestão de riscos
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Política de Riscos Corporativos, Gestão de Riscos Corporativos, Gestão de Riscos de Eventos Críticos, Gestão de Riscos Sistêmicos.

Dimensão 3: Modelo de Negócios e Inovação

- Tema: Sustentabilidade no modelo de negócio
- Aplicação: Geral.
- Tópicos: Tendência e Propósito, Estratégia de Inovação, Negócios ou Produtos Controversos.
- Tema: Design de produto e gestão do ciclo de vida
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Desenvolvimento de Produtos e Serviços, Inovação nos Modelos de Negócios, Gestão do Ciclo de Vida.
- Tema: Eficiência no suprimento e uso de materiais
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Eficiência na Utilização de Materiais, Materiais Escassos.
- Tema: Gestão na cadeia de fornecimento
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Análise de Relevância na Cadeia de Fornecedores, Gestão Estratégica da Cadeia, Política de Gestão de Riscos Sociais e Ambientais na Cadeia, Verificação de Conformidade na Cadeia de Fornecedores, Conformidade Legal da Cadeia.
- Tema: Finanças sustentáveis
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Compromisso Socioambiental, Corresponsabilidade, Conformidade, Consumo Consciente e Educação Financeira, Biodiversidade e Mudança do Clima, Administração de Recursos de Terceiros e Recursos Próprios, Concessão de Crédito, Seguro.

Dimensão 4: Capital Social

- Tema: Direitos humanos e relações com a comunidade
 - Aplicação: Geral.
 - Tópicos: Compromisso com os Direitos Humanos, Comunidade Local.
- Tema: Investimento social privado e cidadania corporativa
 - Aplicação: Geral.
 - Tópico: Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa.
- Tema: Acessibilidade técnica e econômica
 - Aplicação: Específico.
 - Tópico: Acessibilidade Técnica e Econômica.
- Tema: Qualidade e segurança do produto
 - Aplicação: Específico.
 - Tópicos: Abordagem Preventiva, Abordagem Corretiva.
- Tema: Prática de venda e rotulagem de produtos
 - Aplicação: Específico.
 - Tópicos: Práticas de Vendas, Rotulagem de Produtos e Serviços, Conformidade Legal.
- Tema: Bem-estar do cliente
 - Aplicação: Específico.
 - Tópicos: Conscientização do Cliente/Consumidor, Garantia do Bem-Estar do Cliente/Consumidor, Relacionamento com Clientes/Consumidores, Riscos para o Consumidor ou para Terceiros.
- Tema: Privacidade do cliente
 - Aplicação: Específico.
 - Tópicos: Uso de Dados dos Clientes/Consumidores, Conformidade Legal.
- Tema: Segurança de dados
 - Aplicação: Geral.
 - Tópicos: Gestão da Segurança de Dados, Conformidade Legal.

Dimensão 5: Meio Ambiente

- Tema: Políticas e práticas de gestão ambiental
 - Aplicação: Geral.

- Tópicos: Liderança e Responsabilidade, Práticas de Gestão, Desempenho, Certificações, Cumprimento Legal, Bem-Estar Animal.
- Tema: Impactos ecológicos
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Práticas de Gestão, Cumprimento Legal.
- Tema: Gerenciamento de energia
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Práticas de Gestão, Desempenho, Inovação em Tecnologia.
- Tema: Gestão de águas e efluentes líquidos
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Práticas de Gestão, Desempenho, Cumprimento Legal.
- Tema: Gestão de resíduos e materiais perigosos
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Práticas de Gestão, Desempenho, Cumprimento Legal.
- Tema: Qualidade do ar
- Aplicação: Específico.
- Tópicos: Práticas de Gestão, Desempenho, Cumprimento Legal.

Dimensão 6: Mudança do Clima

Essa dimensão é avaliada através do score *CDP-Climate Change*. Nesse sentido, as empresas que desejam participar da carteira ISE B3 devem responder ao CDP-Climate Change no ano considerado no processo seletivo. Portanto, vale ressaltar que essa é a única dimensão do ISE B3 que não é avaliada a partir de um questionário, mas sim da pontuação obtida no score desenvolvido pela CDP.

Conforme reforçado pela CDP (2023), a pontuação ajuda as organizações a entenderem onde estão em relação a um futuro alinhado com os objetivos globais de frear a mudança climática. A divulgação contínua ao longo dos anos permite que as empresas compreendam a trajetória de sua jornada ambiental.

As empresas que respondem são avaliadas em quatro níveis consecutivos, que representam as etapas pelas quais uma organização passa à medida que avança em direção à gestão

ambiental. Os níveis são: Divulgação (*Disclosure*); Conscientização (*Awareness*); Gerenciamento (*Management*) e Liderança (*Leadership*). As pontuações obtidas vão de D a A, sendo A a mais alta. Reforça-se que as empresas com pontuação A não chegaram ao fim de sua jornada ambiental, mas são altamente transparentes em relação à divulgação e ao desempenho em questões relacionadas a mudanças climáticas, desmatamento e segurança hídrica, sendo classificadas como líderes globais nesses temas (Figura 3.5).

Figura 3.5 – Classificação das empresas que preenchem o questionário CDP – Climate Change



Fonte – CDP (2023)

Além disso, a metodologia de pontuação CDP está alinhada com o Taskforce for Climate-Related Financial Disclosures (TCFD) e com outros padrões ambientais, proporcionando um conjunto de dados comparáveis em todo o mercado.

Para ter mais clareza sobre o processo, de acordo com a própria CDP (2023), o questionário do score CDP avalia diversos aspectos relacionados à responsabilidade ambiental e à gestão de carbono nas organizações. Esses elementos abrangem áreas como governança, análise de riscos e oportunidades, estratégia de negócios, estabelecimento de metas e desempenho, metodologia de emissões, reporte de dados de emissões, decomposição das emissões, gestão de energia, métricas adicionais, processos de verificação, precificação de carbono, engajamento com partes interessadas e aprovação. Além disso, o questionário abrange a gestão da cadeia de suprimentos, evidenciando a abordagem holística para avaliação e gestão dos impactos ambientais e das práticas de sustentabilidade em toda a operação da empresa.

Com essa base teórica, a metodologia foi estruturada para aplicar esses conceitos na análise do desempenho ESG das empresas do setor de energia presentes na carteira teórica de ativos do ISE B3 em 2022, de forma a identificar quais são as práticas sustentáveis dessas empresas.

4 METODOLOGIA

Para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados, foi necessário lançar mão de uma metodologia que envolveu abordagens distintas. Afinal, assim como afirma Landim et al. (2006), em diversas situações, a escolha de apenas uma abordagem pode ser insuficiente para compreender a realidade observada e, quando isso acontecer, os diferentes métodos devem ser usados como complementares.

Nesse sentido, a pesquisa pode ser classificada, no princípio, como exploratória e descritiva, de modo que tornasse possível a criação de uma visão ampla dos fenômenos relacionados ao objeto de pesquisa e o conhecimento sobre os fatos básicos que circundam uma situação para, em seguida, viabilizar a classificação ou categorização dos processos (FLEURY e WERLANG, 2017).

4.1 Documentos analisados

Para tanto, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que envolveram a análise da carteira e dos questionários preenchidos pelas empresas que fizeram parte do ranking ISE B3 em 2022. Como as informações estão disponíveis para acesso público, a coleta de dados relacionados às empresas listadas nos índices foi feita no próprio site da B3 (<https://esgworkspace.b3.com.br/>) e no site de cada companhia.

4.2 Seleção da amostra

O primeiro passo envolveu a análise de concentração da carteira e descoberta de quais são os setores mais representativos da carteira ISE B3 2022, o que permitiu identificar o setor que tem maior representatividade, ou seja, o setor com a maior porcentagem dentre todos os que compõem o ranking.

4.3 Descrição das empresas que compõem a amostra

As empresas que compuseram o setor mais representativo foram identificadas, descritas e classificadas com base nos seguintes critérios:

- Atividade desenvolvida;
- Tamanho (Número de Funcionários);

- Área de abrangência.

4.4 Análise da performance do setor mais representativo nas dimensões incluídas no cálculo do ISE B3

Na etapa seguinte, foram analisadas as pontuações obtidas por cada empresa presente na amostra em cada uma das dimensões que compõem o índice, que são Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e CDP, de forma a responder aos seguintes questionamentos:

- Qual empresa teve a melhor performance em cada dimensão?
- Qual empresa teve a pior performance em cada dimensão?
- Há muita discrepância entre pontuações obtidas pelas empresas que compõem a amostra em cada dimensão?
- Qual é a distância entre a maior e a menor pontuação em cada dimensão? Essa distância é representativa?
- Como a performance das empresas do setor mais representativo, em cada dimensão, se compara com a média da carteira, que inclui todos os outros setores?

Para tanto, foram executados cálculos de instrumentos estatísticos conhecidos, como Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação, viabilizando a análise do comportamento e da distribuição dos dados. Também foram implementadas técnicas de visualização de dados como tabelas e gráficos, usando o software Microsoft Excel.

Em seguida, desenvolveu-se um quadro resumo que identifica a posição relativa de cada empresa da amostra em relação às outras, em função da pontuação obtida ISE B3, em cada uma das dimensões. Com isso, viu-se claramente quais foram as empresas que alcançaram a maior e a menor pontuação em cada uma das dimensões analisadas.

4.5 Análise das respostas ao questionário dadas pelas empresas melhores e piores colocadas em cada dimensão

Com o objetivo de compreender o que a melhor posicionada fez de diferente da que ocupou a última posição, comparou-se as pontuações específicas de cada tema e tópico, buscando nas respostas dadas pelas empresas as explicações para as diferenças nas notas.

A partir dessa avaliação, foi possível explicar quais são as principais práticas desenvolvidas pelas empresas que obtiveram melhor pontuação em cada dimensão do ISE B3, e o que as diferenciou das empresas que, apesar de estarem na carteira, tiveram a pior performance do setor que compõe a amostra.

Isso permitiu identificar boas práticas, pontos positivos e de desenvolvimento para as empresas do setor mais representativo da carteira teórica do ISE B3 2022, bem como reuniu recomendações para empresas que desejam aprimorar suas práticas ESG, baseadas nas mais bem colocadas do setor.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A carteira teórica do ISE B3, em 2022, era composta por 48 empresas, divididas entre 29 setores de atuação, entre os quais se destacam, principalmente, os bancos e empresas de energia elétrica que executam funções de geração, distribuição e/ou transmissão de energia elétrica (Figura 5.1).

Figura 5.1 – Setores que compuseram a carteira teórica ISE B3 2022.

Energia Elétrica (Geração, Distribuição e Transmissão): 9	Carnes e Derivados: 3		Telecomunicações: 2		Exploração, Refino e Distribuição de Petróleo e Derivados: 2	
	Papel e Celulose: 2	Transporte Ferroviário: 1	Incorporações: 1	Serviços Financeiros Diversos: 1	Calçados: 1	
		Aluguel de carros: 1	Madeira: 1	Medicamentos e Outros Produtos: 1	Petroquímicos: 1	
	Eletrodomésticos: 2	Alimentos Diversos: 1	Tecidos, Vestuário e Calçados: 1	Transporte Aéreo: 1	Água e Saneamento: 1	
		Seguradoras: 1	Automóveis e Motocicletas: 1	Motores, Compressores e Outros: 1	Alimentos: 1	
	Bancos: 6	Exploração de Rodovias: 2	Produtos Diversos: 1	Serv.Méd.Hospit., Análises e Diagnósticos: 1	Holdings Diversificadas: 1	Produtos de Uso Pessoal: 1

Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

Vale destacar que o setor de energia elétrica, considerando as 9 empresas de geração, transmissão e distribuição, é responsável por 18,75% da composição da carteira ISE B3 no ano analisado, por isso, é considerado o mais representativo e foi escolhido como universo amostral para a pesquisa. Em seguida, analisou-se quais eram essas 9 empresas, de forma a classificá-las de acordo com os critérios previstos na metodologia (Figura 5.2).

Figura 5.2 – Descrição das empresas do setor de energia elétrica que compuseram a amostra.

RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE*			Nº DE COLABORADORES **	ÁREA DE ABRANGÊNCIA *
	Geração	Distribuição	Transmissão		
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	X	X	X	3.274	12 estados brasileiros
CPFL ENERGIA S.A.	X	X	X	14.630	10 estados brasileiros
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	X		X	1.201	21 estados brasileiros
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		X		14.799	10 estados brasileiros
NEOENERGIA S.A.	X	X	X	43.615	18 estados brasileiros e o DF
AES BRASIL ENERGIA S.A.	X			1.992	4 estados brasileiros
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	X	X	X	5.025	26 estados brasileiros
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	X		X	13.433	25 estados brasileiros e o DF
LIGHT S.A.	X	X	X	13.892	2 estados brasileiros

Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

Com base nos dados disponibilizados nos Relatórios Anuais de 2021 de cada componente da amostra, é possível perceber que 5 das 9 empresas do setor de energia listadas no ISE B3 2022 têm em seu portfólio de serviços as atividades voltadas para geração, distribuição e transmissão de energia. Duas das companhias – ENGIE Brasil e ELETROBRAS – executam serviços de geração e transmissão. Outras duas organizações desempenham apenas uma dessas atividades.

No que tange ao tamanho das organizações, em termos de números de colaboradores, percebe-se que há uma variabilidade razoável nos dados, que vão desde companhias com

pouco mais de mil colaboradores, até aquelas que possuem mais de quarenta mil funcionários. Nesse aspecto, vale ressaltar que nem todos os Relatórios Anuais disponibilizados identificam se o número de colaboradores divulgado se refere apenas aos internos ou se inclui os terceirizados e estagiários. Isto pode contribuir para explicar as diferenças nesse indicador, que também é influenciado pelas atividades executadas pela empresa, a área de abrangência, entre outros fatores.

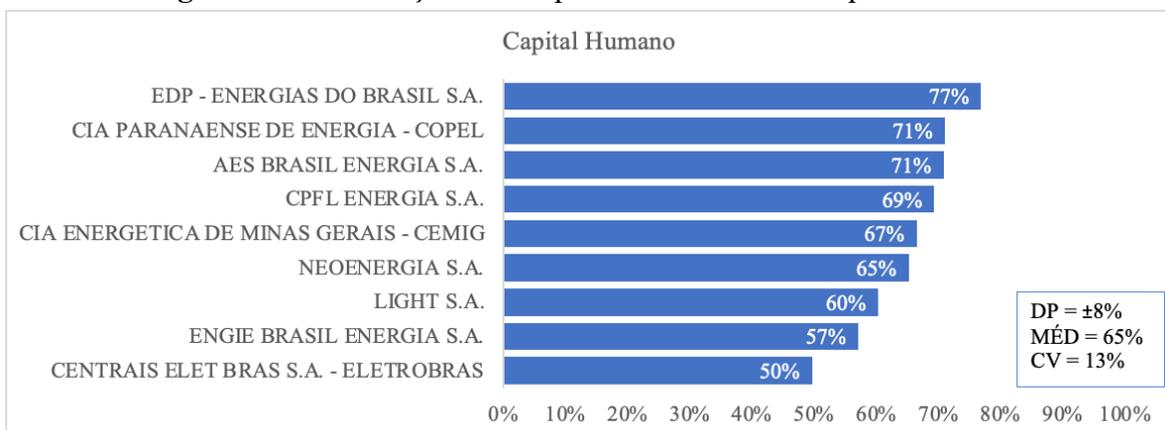
Ao analisar a área de abrangência, percebe-se que todas as empresas da amostra atuam em mais de um estado brasileiro, sendo que algumas se destacam por ter atividades em quase todo o território nacional, como é o caso da CEMIG, ELETROBRAS e a ENGIE Brasil.

Em seguida, serão apresentados os resultados e discussão das notas obtidas por cada empresa da amostra nas dimensões incluídas no cálculo do ISE B3, que são Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e CDP.

5.1 Resultados da dimensão Capital Humano

No que se refere à primeira dimensão, Capital Humano, percebeu-se que a EDP Energias do Brasil se destacou entre as demais, com avaliação que alcançou os 77%. Entretanto, vale ressaltar que a média das pontuações foi de 65%, a menor média entre todas as dimensões avaliadas no questionário ISE B3 para o setor de energia (Figura 5.3). A média geral da carteira nessa dimensão, que inclui todos os setores, foi de 64%, o que demonstra que a média do setor de energia foi maior nesse caso.

Figura 5.3 – Pontuação das empresas na dimensão Capital Humano.



Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

Lembrando que, na dimensão Capital Humano, para empresas do setor de energia, são avaliados os seguintes temas e tópicos:

- Tema: Práticas Trabalhistas
 - Tópicos: Condições de trabalho, Formatos de trabalho, Qualidade de vida e benefícios, Trabalhadores terceirizados, Redução das desigualdades, Proteção de dados de colaboradores.
- Tema: Saúde e Segurança do Trabalhador
 - Tópicos: Liderança e responsabilidade, Práticas de gestão, Desempenho, Certificações, Cumprimento legal.
- Tema: Engajamento, Diversidade e Inclusão dos Funcionários
 - Tópicos: Compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, Promoção da diversidade e inclusão.

Comparando-se as respostas dadas pela EDP Energias do Brasil, primeira colocada, e ELETROBRAS, última colocada, nas perguntas relacionadas a esses temas e tópicos, percebeu-se que a ELETROBRAS teve pontuações inferiores em quase todos os tópicos avaliados na dimensão, exceto Qualidade de vida e benefícios, Redução das desigualdades e Proteção de dados de colaboradores.

Para entender, com mais clareza, o que a EDP Energias do Brasil fez de diferente para alcançar avaliações mais positivas que a última colocada, selecionou-se as perguntas e respostas dos tópicos em que a companhia obteve pontuação igual ou superior a 90%, que foram Condições de Trabalho, Trabalhadores Terceirizados, Liderança e responsabilidade, Certificações e Compromisso com a promoção da diversidade e inclusão.

Avaliando as respostas dadas por ambas as companhias para as perguntas pertencentes aos tópicos citados, percebeu-se que, para o tópico Condições de Trabalho, os mecanismos disponibilizados para monitoramento e gestão de casos de assédio moral e sexual, e de preconceito contra grupos minorizados, foi o que as diferenciou. Tanto a EDP Energias do Brasil quanto a ELETROBRAS oferecem fácil acesso aos mecanismos de denúncia e prestam contas às partes interessadas sobre medidas e ações de melhoria. Entretanto, a primeira se

destaca porque gerencia as queixas e acompanha a satisfação com a resolução de denúncias, gerando dados que permitem o mapeamento.

No tópico Trabalhadores terceirizados, ambas organizações declararam realizar uma análise prévia e periódica após a contratação de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados, para identificar se eles cumprem com o previsto na legislação trabalhista e em boas práticas internacionais. A EDP Energias do Brasil, primeira colocada, reforçou que faz esse mesmo tipo de avaliação para verificar se os empregadores terceirizados possuem mecanismos de estímulo para inclusão e diversidade. Além disso, a empresa possui norma ou política interna que estabelece regras de análise para contratação de fornecedores, com base nas questões apontadas.

Já no que se refere à Liderança e responsabilidade, o que as diferenciou foi a existência de atribuições relacionadas à saúde e segurança do trabalho (SST) nas descrições formais de cargos e funções em níveis hierárquicos superiores. Enquanto a EDP Energias do Brasil sinalizou que possui em níveis de gerência, diretoria, C-level e do principal executivo da companhia (ex: CEO), a ELETROBRAS não apontou evidências de que possui essas atribuições formalizadas para nenhum dos cargos citados.

Em relação ao tópico Certificações, que inclui a certificação de SST, a EDP Energias do Brasil afirmou ter 100% de suas unidades certificadas, enquanto a ELETROBRAS selecionou a alternativa que indica que não possui certificação.

No que tange ao Compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, as duas organizações possuem adesão formal ou declaração pública que afirme seu compromisso com o tema, incluem-no em seu Código de Conduta e em uma política corporativa, possuem uma área, instância ou pessoa responsável pela implementação das ações de diversidade e priorizam o tema na agenda do Conselho de Administração. O que as diferencia, entretanto, é o fato de que a EDP Energias do Brasil tem definida uma política específica que apoia a companhia no cumprimento de seus objetivos estratégicos.

5.2 Resultados da dimensão Governança Corporativa e Alta Gestão

Em seguida, avaliou-se as pontuações obtidas na dimensão Governança Corporativa e Alta Gestão. Nesse sentido, a EDP Energias do Brasil se manteve com a maior pontuação, seguida de perto pelas empresas COPEL Pura Energia e ENGIE Brasil. Nesse caso, a média das notas

foi bem mais alta, de 84%, e os dados apresentaram uma variação menor que na dimensão anterior (Figura 5.4). Para essa dimensão, a média do setor de energia também foi superior à média da carteira ISE B3 de 2022, que foi de 81%. A ELETROBRAS também ocupou a última posição nessa dimensão.

Figura 5.4 – Pontuação das empresas na dimensão Governança Corporativa e Alta Gestão.



Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

A dimensão Governança Corporativa e Alta Gestão, para empresas de energia, são avaliados os seguintes temas e tópicos:

- Tema: Fundamentos de gestão da sustentabilidade empresarial
 - Tópicos: Compromissos e Práticas de Gestão, Alinhamento com Agenda 2030 e ODS, Práticas de Remuneração e Incentivo, Gestão do Engajamento com Stakeholders, Gestão da Materialidade, Práticas de Transparência nas Divulgações, Práticas Contábeis e Financeiras.
- Tema: Práticas de governança corporativa
 - Tópicos: Engajamento das Lideranças com a Sustentabilidade, Relacionamento entre Sócios, Auditoria e Controles Internos, Conduta e Conflito de Interesses, Integração da Sustentabilidade na Estratégia, Autonomia do Conselho de Administração, Composição e Dinâmica do Conselho de Administração, Diversidade no Conselho de Administração, Qualidade da Alta Gestão, Governança de Controladas, Coligadas e/ou Subsidiárias, Comitê de Auditoria.
- Tema: Ética nos negócios
 - Tópicos: Gestão da Ética na empresa, Combate à Corrupção.

- Tema: Manutenção do ambiente competitivo
 - Tópicos: Defesa da Concorrência.
- Tema: Gestão do ambiente legal e regulatório
 - Tópicos: Penalidades Administrativas e Judiciais, Atuação e Influência Coletivas.
- Tema: Gestão de riscos
 - Tópicos: Política de Riscos Corporativos, Gestão de Riscos Corporativos, Gestão de Riscos de Eventos Críticos, Gestão de Riscos Sistêmicos.

Para comparar a melhor e a pior colocada nessa dimensão, dada a grande quantidade de tópicos, observou-se aqueles em que apenas a EDP Energias do Brasil alcançou 100% da pontuação, em comparação com a ELETROBRAS, considerando apenas as Holdings (Listadas), desconsiderando os dados das empresas controladas. Esses tópicos foram Práticas de transparência nas divulgações, Gestão de riscos de eventos críticos, Integração da sustentabilidade na estratégia, Combate à corrupção e Defesa da concorrência.

Para o tópico Práticas de transparência nas divulgações, foram apontadas algumas diferenças significativas nos questionários. A primeira delas é em relação às reuniões públicas para divulgar informações, as quais a EDP Energias do Brasil faz e, nelas, apresenta reporte de indicadores de sustentabilidade. Apesar da ELETROBRAS fazer esse tipo de encontro, neles, não são reportados indicadores de sustentabilidade. Outra questão identificada é que, no relatório de sustentabilidade divulgado pelas companhias no último ano, apenas a EDP Energias do Brasil relatou as externalidades, inclusive as negativas, ou apresentou uma avaliação de impacto corporativo que seguiu padrões internacionalmente aceitos; bem como incluiu informações quantitativas sobre implicações econômicas de questões relacionadas à sustentabilidade, como por exemplo a valoração de serviços ecossistêmicos, demonstração de lucros e perdas ambientais, ou análise de custo-benefício que considerou aspectos socioambientais.

Já no tópico Gestão de riscos de eventos críticos, ambas as organizações testam periodicamente, no plano de contingência, os impactos em infraestrutura, operações e informações. Entretanto, ao comparar as duas, a EDP Energias do Brasil se destaca por também testar os aspectos denominados Desastres naturais, Impactos Ambientais e Impactos reputacionais. Nesse item, também é avaliada a abrangência das coberturas de seguro das

companhias. Enquanto a EDP Energias do Brasil apresenta cobertura total ou parcial patrimonial, de responsabilidade civil e de responsabilidade cibernética; a ELETROBRAS possui apenas aqueles relacionados à responsabilidade civil e, no contexto patrimonial, somente o que está relacionado aos riscos operacionais.

Em relação à Integração da sustentabilidade na estratégia, a EDP Energias do Brasil ganhou destaque e recebeu uma nota superior por incorporar o conhecimento e/ou experiência em sustentabilidade como um atributo de diferenciação positiva na eleição de membros do Conselho de Administração.

Para o tópico Combate à corrupção, também foram encontradas algumas diferenças. Ambas as organizações atuam, de forma proativa e contínua, para a conscientização de funcionários, fornecedores diretos, agentes públicos e outras partes interessadas consideradas importantes em relação à prevenção e combate à corrupção. A EDP Energias do Brasil sai na frente, entretanto, por também incluir fornecedores indiretos, distribuidores, consumidores e/ou clientes em suas estratégias voltadas ao tema. Além disso, de todos os processos e procedimentos para o gerenciamento de situações envolvendo corrupção, a primeira colocada se diferencia por possuir mecanismos internos de verificação e comprovação da proporcionalidade e razoabilidade dos pagamentos feitos, especialmente no caso de serviços prestados junto a instituições ou agentes públicos.

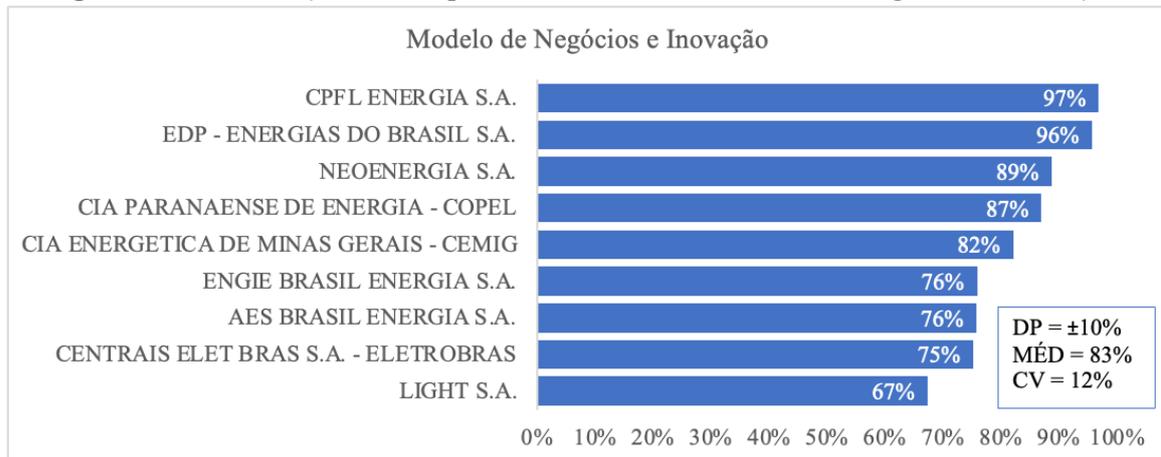
Por fim, no que tange à Defesa da Concorrência, tanto a EDP Energias do Brasil quanto a ELETROBRAS possuem sistemas de *compliance* adequados, que incluem questões relacionadas ao tópico, bem como realizam monitoramento do tema por órgãos da alta administração. Por outro lado, a EDP Energias do Brasil vai além, ao manter atividades de comunicação e/ou capacitação regulares para funcionários voltadas para o tópico; dar orientações especiais para colaboradores que, pelo levantamento de riscos realizado, sejam mais vulneráveis à questão; e adotar procedimentos gerenciais focados em avaliar a efetividade dos sistemas de verificação de condutas anticompetitivas.

5.3 Resultados da dimensão Modelo de Negócios e Inovação

Na sequência, foi possível avaliar a pontuação alcançada por cada empresa da amostra na dimensão Modelo de Negócios e Inovação. Nesse contexto, as notas das melhores colocadas

foram ainda maiores, chegando a 97% no caso da CPFL Energia, que alcançou o primeiro lugar. Ela é seguida, de perto, pela EDP Energias do Brasil. A média das pontuações também foi mais alta, de 83% (Figura 5.5). Assim como aconteceu nas dimensões anteriores, em Modelo de Negócios e Inovação a média das empresas do setor de energia foi superior à média da carteira geral, que foi de 77%.

Figura 5.5 – Pontuação das empresas na dimensão Modelo de Negócios e Inovação.



Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

Considerando os temas e tópicos avaliados nessa dimensão para empresas do setor de energia, que foram:

- Tema: Sustentabilidade no modelo de negócio
 - Tópicos: Tendências e Propósito, Estratégia de Inovação, Negócios ou Produtos Controversos.
- Tema: Gestão na cadeia de fornecimento
 - Tópicos: Análise de Relevância na Cadeia de Fornecedores, Gestão Estratégica da Cadeia, Política de Gestão de Riscos Sociais e Ambientais na Cadeia, Verificação de Conformidade na Cadeia de Fornecedores, Conformidade Legal da Cadeia.

E, comparando as notas alcançadas pela melhor colocada – CPFL Energia – e a que ficou em último lugar – Light –, percebeu-se que a primeira obteve pontuação superior a 90% em todos os tópicos avaliados. Para analisar, de forma mais aprofundada, o que gerou a diferença entre as pontuações obtidas pelas duas companhias, escolheu-se os itens em que a distância entre a maior e a menor nota fosse mais significativa. Isso aconteceu para os tópicos Estratégia de

inovação, Análise de relevância na cadeia de fornecedores, Gestão estratégica da cadeia e Política de gestão de riscos sociais e ambientais na cadeia.

No que se refere à Estratégia de inovação, a CPFL Energia se diferenciou por garantir que a estratégia de inovação da companhia foi aprovada e monitorada pelo Conselho de Administração ou um comitê no âmbito desse conselho e, também, por possuir iniciativas que incorporem soluções de problemas sociais e/ou ambientais geradas em um ambiente externo, como *startups*, ONGs, universidade e outros. Ainda sobre esse item, a primeira colocada também apresentou maior nível de integração da sustentabilidade nos processos de inovação da companhia, destacando-se por avaliar os programas de inovação por meio de indicadores de impacto social e/ou ambiental, discutir os resultados alcançados com *stakeholders* diretamente envolvidos nos problemas que se buscou solucionar com os programas, e também por utilizar os resultados para o desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços para aperfeiçoamento com foco na sustentabilidade.

Em relação ao tópico Análise de relevância na cadeia de fornecedores, foi possível perceber que tanto a CPFL Energia quanto a Light possuem indicadores sociais e/ou ambientais da cadeia de fornecedores e os envolvem na identificação e análise de riscos sociais e/ou ambientais na cadeia de fornecimento. Entretanto, a melhor colocada na dimensão também realiza outras ações focadas na questão socioambiental, como a identificação dos riscos mais relevantes na cadeia de fornecedores, bem como os segmentos com maior propensão a eles, realização de estudos para identificação e análise de riscos, e, por fim, faz a utilização dos indicadores na avaliação de desempenho dos executivos que atuam na gestão de fornecedores. Ainda nesse item, mas sobre as formas através das quais as companhias realizam a análise de relevância das questões sociais e ambientais na cadeia de fornecedores, ambas analisam os impactos financeiros, reputacionais ou de conformidade gerados por riscos nessas áreas na sua cadeia de fornecedores, e adotam processos de gestão, mecanismos e procedimentos de verificação em caso de não conformidade proporcionais à relevância dos riscos. Por outro lado, a CPFL Energia executa mais ações nesse âmbito, pois desenvolve uma matriz de materialidade social e/ou ambiental da cadeia de fornecedores e define prioridades na gestão de riscos socioambientais.

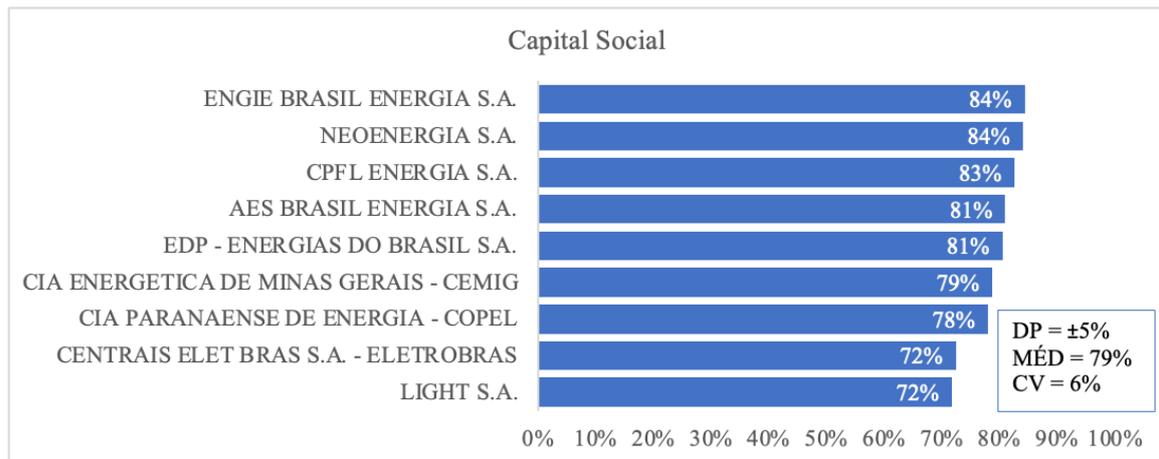
Sobre a Gestão estratégica da cadeia, as duas organizações promovem o engajamento contínuo dos seus fornecedores por meio de atividades que propõem o conhecimento do seu modelo de negócios, das melhores práticas e do incentivo à inovação e à sustentabilidade na cadeia, e realizam atividades de treinamento para ampliar a capacidade de gestão dos seus fornecedores. Nesse sentido, a CPFL Energia também sai na frente por fazer outras iniciativas como atividades de treinamento sobre gestão de impactos sociais e/ou ambientais, com temas como ética e integridade, direitos humanos e gestão ambiental, parcerias estratégicas e de longo prazo com seus fornecedores para alcançar seus objetivos de inovação e sustentabilidade, além de incentivos para que seus fornecedores melhorem as suas práticas de inovação e sustentabilidade.

Por fim, ao comparar a Política de gestão de riscos sociais e ambientais na cadeia realizadas pela CPFL Energia e a Light, percebeu-se que ambas possuem um Código de Conduta de Fornecedores, que ficam acessíveis para eles e demais *stakeholders* da companhia, e estabelecem cláusulas contratuais de conformidade social e/ou ambiental. Além dessas iniciativas, a CPFL Energia se destaca, pois possui indicadores para monitorar o desempenho dos fornecedores em termos de conformidade social e ambiental, e fornece aos clientes e demais *stakeholders* informações sobre a gestão de riscos na cadeia de fornecedores.

5.4 Resultados da dimensão Capital Social

Ao analisar a dimensão Capital Social, foi possível perceber que os dados tiveram a menor variação entre as pontuações obtidas pelas empresas, que foram de 84%, para a ENGIE Brasil, a 72%, para a Light. A média das avaliações foi de 79% (Figura 5.6). Repetindo o padrão das dimensões anteriores, nesse caso a média alcançada pelo setor de energia também foi superior à média da carteira, que foi de 73%.

Figura 5.6 – Pontuação das empresas na dimensão Capital Social.



Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

Vale lembrar que, como feito nas análises anteriores, os temas e tópicos considerados para as duas empresas que ficaram na melhor e pior colocação nessa dimensão foram:

- Tema: Direitos humanos e relações com a comunidade
 - Tópicos: Compromisso com os Direitos Humanos, Comunidade Local.
- Tema: Investimento social privado e cidadania corporativa
 - Tópicos: Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa.
- Tema: Segurança de dados
 - Tópicos: Gestão da Segurança de Dados, Conformidade Legal.

Considerando esses tópicos, comuns à ENGIE Brasil e à Light, a primeira alcançou pontuação significativamente superior nos itens Compromisso com os Direitos Humanos, Comunidade Local e Gestão da segurança de dados.

Para entender quais práticas geraram essa diferença de pontuação, recorreu-se mais uma vez aos questionários preenchidos por cada uma das empresas. No que se refere ao Compromisso com os Direitos Humanos, ambas organizações possuem compromisso formal com o respeito aos Direitos Humanos, entretanto, apenas a ENGIE Brasil afirma que seu compromisso é baseado nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e eles que orientam a avaliação de impactos do negócio. A empresa mais bem colocada nessa dimensão também afirmou que são promovidas ações de capacitação destinadas a estimular o engajamento em relação ao tema Direitos Humanos até o nível hierárquico do Conselho de Administração, enquanto a Light as promove apenas até os cargos C-level.

Ao observar as respostas dadas para o tópico Comunidade Local, a ENGIE Brasil também alcançou uma pontuação melhor nas quatro perguntas feitas. A empresa baseia suas práticas de gestão relativas às relações com a comunidade local nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e faz avaliação de impactos do negócio sobre os Direitos Humanos, enquanto a Light não se baseia nos mesmos princípios nem faz essa análise. Ambas as organizações possuem políticas corporativas que incluem o tema de relacionamento com a comunidade local, mas no caso da ENGIE Brasil, ela é aprovada pelo Conselho de Administração e na Light apenas pela alta direção. Além disso, das oito diretrizes de gestão possíveis de serem incluídas na política corporativa, que contemplam o tema relacionamento com a comunidade local, a ENGIE Brasil cumpre com seis e a Light com cinco. Nesse contexto, o que as diferencia é a adoção de uma hierarquia de mitigação para evitar ou, quando não for possível evitar, minimizar e, nos casos em que permaneçam impactos residuais, remediá-los; e a garantia de que a política corporativa seja divulgada na área de livre acesso do website da companhia; ressaltando-se que a Light implementa uma diretriz que não é citada pela ENGIE Brasil, que é a realização da consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais, quando aplicável. Ainda, no que tange às práticas que a companhia adota para construir um relacionamento duradouro com a comunidade local, a primeira colocada se destaca por um item, no qual ela afirma evitar a dependência da comunidade local com a companhia.

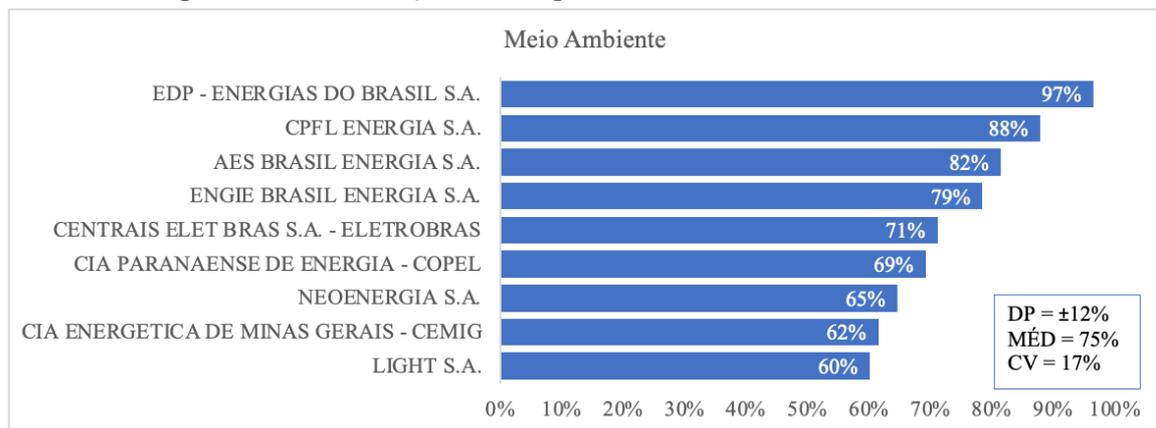
Então, em seguida, ao analisar o tópico Gestão da segurança de dados, viu-se que as duas companhias realizaram diagnóstico técnico sobre as responsabilidades e vulnerabilidades em relação à segurança dos dados que coletam e armazenam, entretanto apenas a ENGIE Brasil afirmou que ele é atualizado regularmente. A mesma empresa confirmou possuir um programa de treinamento sobre segurança de dados, enquanto a Light, não. Sobre as garantias de segurança de dados nos produtos e serviços oferecidos pela companhia, a ENGIE Brasil reforçou que possui procedimentos de ação em caso de ataque cibernético e que comunica seus clientes, fornecedores e parceiros sobre casos de ataque cibernético. A Light, por sua vez, marcou uma única alternativa, estabelecendo que realiza periodicamente auditorias para verificação de condições de segurança de dados nos seus produtos, serviços e canais de atendimento. Uma outra diferença identificada na comparação entre a ENGIE e a Light, ainda nesse tópico, é que apenas a primeira possui seguro que contempla a cobertura de perda,

vazamento e/ou fraudes envolvendo os dados que coleta e armazena, e um plano de contingência relacionado à TI/Segurança de dados que é testado periodicamente.

5.5 Resultados da dimensão Meio Ambiente

Ao adentrar nas análises mais específicas relacionadas a Meio Ambiente, percebeu-se uma variação nas pontuações razoavelmente superior em comparação com aqueles calculados para as dimensões anteriores, o que é possível avaliar ao observar a pontuação obtida pela empresa que mais se destacou, que foi a EDP Energias do Brasil, com 97%, e a que ocupou o último lugar, que foi a Light, com 60%. A média nas pontuações obtidas pela amostra na dimensão Meio Ambiente foi de 75% (Figura 5.7). Nessa dimensão, a média das empresas do setor de energia também foi maior que a média geral da carteira, que foi de 74%.

Figura 5.7 – Pontuação das empresas na dimensão Meio Ambiente.



Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

Em relação à dimensão Meio Ambiente, nos questionários da EDP Energias do Brasil e da Light foram avaliados os seguintes temas e tópicos:

- Tema: Políticas e práticas de gestão ambiental
 - Tópicos: Liderança e Responsabilidade, Práticas de Gestão, Desempenho, Certificações, Cumprimento Legal.
- Tema: Impactos ecológicos
 - Tópicos: Práticas de Gestão, Cumprimento Legal.
- Tema: Gestão de resíduos e materiais perigosos
 - Tópicos: Práticas de Gestão, Desempenho, Cumprimento Legal.

- Tema: Qualidade do ar
 - Tópicos: Práticas de Gestão, Desempenho, Cumprimento Legal.

No tema Políticas e práticas de gestão ambiental, as maiores discrepâncias entre as notas estão nos tópicos Práticas de Gestão e Cumprimento Legal. No contexto dos Impactos Ecológicos, a EDP Energias do Brasil apresentou notas expressivamente superiores em ambos os tópicos. O mesmo aconteceu nos tópicos referentes ao tema Gestão de resíduos e materiais perigosos. No que se refere à Qualidade do Ar, houve grande diferença nas pontuações obtidas pelas empresas no tópico Práticas de gestão.

Recorrendo, mais uma vez, às respostas dadas nos questionários para compreender o que causou a diferenciação nas pontuações da EDP Energias do Brasil e da Light, percebeu-se que em relação às Políticas e práticas de gestão ambiental, nas Práticas de Gestão, a primeira afirmou que 100% das unidades da companhia que realizam avaliação periódica e sistemática de seus aspectos e impactos ambientais, enquanto a segunda confirmou que essa porcentagem está entre 75 e 100%. Exatamente as mesmas respostas foram dadas, por cada uma das companhias, quando perguntadas sobre o percentual de unidades da companhia cujos aspectos e impactos ambientais significativos são orientados por procedimentos operacionais específicos. Ao analisar o tópico de Cumprimento legal, nesse tema, a EDP Energias do Brasil afirmou que monitora e pode garantir que 100% das suas instalações estão em conformidade com o licenciamento ambiental, enquanto a Light reforçou que faz isso para pelo menos 75% delas.

Analisando-se as respostas dadas ao tema Impactos Ecológicos e, mais especificamente, às Práticas de gestão relacionadas a ele, percebeu-se que a diferença entre as duas companhias está no fato de que a EDP Energias do Brasil avalia e gerencia sistematicamente seus impactos potenciais e riscos significativos sobre a biodiversidade, mesmo não havendo exigência legal ou administrativa, nas unidades e processos próprios e em sua cadeia de valor, enquanto a Light, nesses mesmos contextos, orienta suas ações para o atendimento da legislação relativa aos possíveis impactos identificados. Outra diferença importante está no fato de que apenas a EDP Energias do Brasil incorpora a identificação dos serviços ecossistêmicos prioritários, a avaliação de riscos e oportunidades associados a eles, e o desenvolvimento de estratégia de atuação para incluí-los na gestão ambiental de todas as unidades produtivas. Ainda nesse tópico, quando perguntadas sobre quais ações são

desenvolvidas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, a Light respondeu “nenhuma das alternativas” e a EDP Energias do Brasil afirmou implementar iniciativas como a conservação ambiental em propriedades próprias e de terceiros, apoiar ações governamentais de conservação ambiental em unidades de conservação públicas ou privadas, e remunerar populações, comunidades ou organizações não governamentais que desenvolvem projetos de conservação ambiental. Por fim, ainda no tema Impactos Ecológicos, mas no tópico Cumprimento legal, destacou-se o fato de que a EDP Energias do Brasil não sofreu nenhuma sanção administrativa sobre o tema nos últimos três anos, enquanto a Light as sofreu, ainda que seja importante considerar que as causas foram corrigidas e não houve, em nenhum dos casos, reincidência na sanção.

Ao avaliar o tema Gestão de resíduos e materiais perigosos, em termos de Práticas de gestão, o que diferenciou as duas companhias foi que a atuação da EDP Energias do Brasil com relação à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica para o uso eficiente de recursos e para produção mais limpa relacionadas à geração e destinação de resíduos sólidos é uma prática sistemática, que já produziu resultados significativos no desempenho relacionado à geração e destinação de resíduos sólidos e, no caso da Light, é uma prática existente, mas não é sistemática. No que tange ao Desempenho nesse tema, o que trouxe maior destaque à primeira colocada é o fato de que, além de poder comprovar que todos os processos de coleta, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final estão regularizados, possuem as autorizações e licenças necessárias, também pode provar que, nos últimos três anos, houve a redução da geração de resíduos perigosos. Por fim, analisando as respostas dadas ao tópico Cumprimento legal, percebeu-se que ambas as companhias são obrigadas, por lei, a apresentar e cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), mas somente a EDP Energias do Brasil estava plenamente regularizada, enquanto a Light estava em processo de regularização. Também foi possível observar que, nos últimos três anos, a EDP Energias do Brasil não havia sofrido nenhuma sanção relacionada à gestão de resíduos sólidos, enquanto a Light recebeu penalidades nesse sentido no mesmo período.

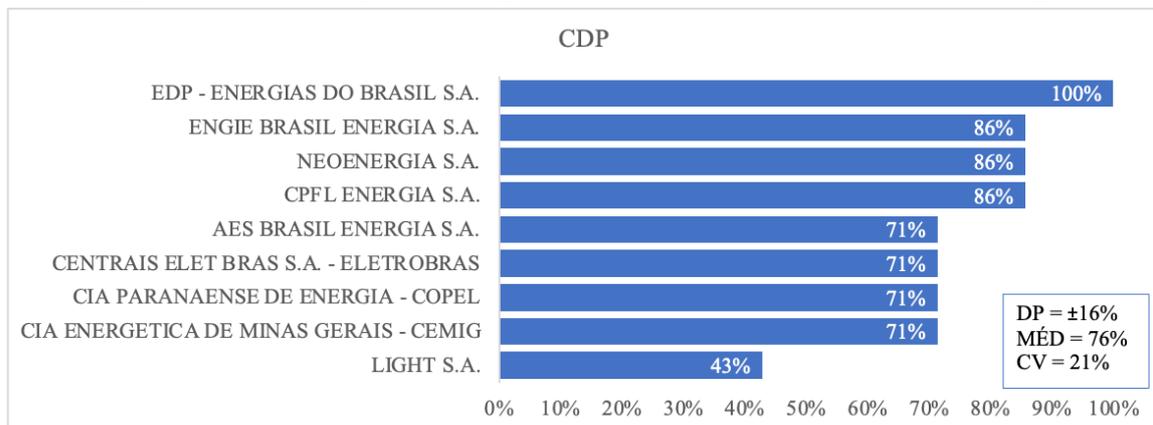
Finalmente, em relação ao tema Qualidade do Ar e, mais especificamente, sobre o tópico Práticas de gestão, ambas realizam o monitoramento e estabelecem controle operacional em todas as fontes móveis com emissões significativas, porém apenas a EDP Energias do Brasil possui um programa formalmente estabelecido, com recursos, cronograma, metas específicas

e responsabilidades definidas, voltado à redução das emissões por fontes móveis nos veículos e sistemas de transporte próprios. Sobre a atuação da companhia com relação à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica para o uso eficiente de recursos e para produção mais limpa relacionadas à qualidade do ar, as duas empresas afirmam que é uma prática existente, mas somente a EDP Energias do Brasil aponta que é uma prática sistemática da organização e que já produziu resultados significativos na redução das emissões.

5.6 Resultados da dimensão CDP

Na dimensão CDP, que avalia as iniciativas organizacionais voltadas para as mudanças climáticas, os dados apresentaram a maior variabilidade entre todas as dimensões, com CV de 21%. A empresa que obteve a maior pontuação entre as demais foi a EDP Energias do Brasil, que alcançou a nota de 100%. Outros destaques são a ENGIE Brasil, a Neoenergia e a CPFL Energia, que alcançaram 86% da pontuação. A Light alcançou apenas 43% dos pontos nessa dimensão. A média das pontuações da amostra no CDP foi de 76% (Figura 5.8). No que se refere ao CDP, a média das empresas do setor de energia foi razoavelmente superior à média da carteira geral, que foi de 69%.

Figura 5.8 – Pontuação das empresas na dimensão CDP – Climate Change.



Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

A melhor colocada nessa dimensão foi, mais uma vez, a EDP Energias do Brasil, que obteve o conceito A no modelo de avaliação do Score CDP Climate Change, em 2021. No mesmo ano, a Light, que teve a pior nota, alcançou o conceito C. Isso significa que, de acordo com a própria CDP, a primeira colocada pode ser considerada uma das líderes globais em ações

voltadas para a mudança climática, e a Light está na etapa de ganho de consciência sobre o assunto.

A melhor colocada nessa dimensão foi, mais uma vez, a EDP Energias do Brasil, que obteve o conceito A no modelo de avaliação do Score CDP Climate Change, em 2021. No mesmo ano, a Light, que teve a pior nota, alcançou o conceito C. Isso significa que, de acordo com a própria CDP, a primeira colocada pode ser considerada uma das líderes globais em ações voltadas para a mudança climática, e a Light está na etapa de ganho de consciência sobre o assunto.

Algumas das diferenças observadas nos questionários preenchidos pelas duas empresas para participação no Score CDP – Climate Change foram que, em relação às metas de emissões ativas, a EDP Energias do Brasil possuía metas absolutas e de intensidade, enquanto a Light só afirmou possuir metas absolutas. Além disso, em relação às iniciativas de redução de emissões ativas no ano de reporte, a primeira colocada sinalizou possuir 23 já implementadas, que geraram uma economia anual total estimada de CO₂ de 61871,86 toneladas. A Light, por sua vez, sinalizou ter apenas 2 iniciativas, que sinalizavam uma economia anual total estimada de CO₂ de 3228 toneladas. Ainda, uma outra diferença significativa detectada nos questionários das duas empresas se refere aos investimentos de cada uma em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em que se percebeu que a EDP Energias do Brasil investe em uma variedade maior de áreas de tecnologia, que inclui redes inteligentes, tecnologia digital, energia renovável, programas de resposta do lado da demanda e infraestrutura. No caso da Light, nesse contexto, foram destacados investimentos voltados para melhoria dos indicadores de qualidade e redução da perda não técnica, de processos e busca de alternativas relacionadas à geração de energia limpa, porém não foram especificados os investimentos específicos em cada um desses itens. Vale destacar, ainda, que a primeira colocada se destaca por incluir os fornecedores, além dos clientes e outros parceiros da cadeia de valor, nas questões relacionadas ao clima.

5.7 Visão geral

Resumidamente, é possível dizer que as duas dimensões que obtiveram as melhores médias foram Governança Corporativa e Alta Gestão, com 84%, e Modelo de Negócios e Inovação, com 83%. As duas menores pontuações médias foram atribuídas às dimensões Capital Humano, com 65%, Meio Ambiente, com 75% e Mudanças Climáticas, com 76%. No que

se refere à variabilidade dos dados, ou seja, a diferença entre as pontuações obtidas pelas empresas da amostra, as maiores variações aconteceram nas dimensões relacionadas à questão ambiental: a dimensão Meio Ambiente teve um CV de 17% e a dimensão CDP obteve um CV de 21%.

Então, no que se refere à análise da performance das empresas do setor de energia incluídas na carteira ISE B3 de 2022, percebeu-se que a EDP Energias do Brasil foi a melhor colocada em quatro das seis dimensões, que foram Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Meio Ambiente e CDP. Nas dimensões restantes, a CPFL Energia obteve a melhor pontuação em Modelo de Negócios e Inovação, e em Capital Social houve um empate entre a ENGIE Brasil e a Neoenergia, em que ambas alcançaram 84% dos pontos.

Ao analisar as empresas que obtiveram pior pontuação em cada uma das dimensões, a Light se destacou negativamente, recebendo as piores notas em três das seis analisadas, que foram Modelo de Negócios e Inovação, Meio Ambiente e CDP. Vale destacar que a ELETROBRAS obteve as pontuações mais baixas nas dimensões Capital Humano e Governança Corporativa e Alta Gestão. Para a dimensão Capital Social, as empresas ELETROBRAS e Light obtiveram as mesmas notas e compartilharam no último lugar.

Foi feito um quadro resumo com aplicação de escalas de cor para facilitar a identificação das empresas que obtiveram a melhor e a pior performance em cada uma das dimensões do ISE B3 2022, sendo a cor verde escura para as mais bem colocadas e a cor vermelha para piores colocadas (Figura 5.9).

Figura 5.9 – Quadro resumo das pontuações das empresas do setor de energia em cada dimensão do ISE B3 2022.

Empresa	Dimensão					
	Capital Humano	Governança Corporativa e Alta Gestão	Modelo de Negócios e Inovação	Capital Social	Meio Ambiente	CDP
EDP Energias do Brasil	77%	92%	96%	81%	97%	100%
CPFL Energia	69%	87%	97%	83%	88%	86%
ENGIE Brasil	57%	88%	76%	84%	79%	86%
COPEL Pura Energia	71%	88%	87%	78%	69%	71%
Neoenergia	65%	85%	89%	84%	65%	86%
AES Brasil	71%	87%	76%	81%	82%	71%
CEMIG	67%	80%	82%	79%	62%	71%
ELETROBRAS	50%	68%	75%	72%	71%	71%
Light	60%	82%	67%	72%	60%	43%

Fonte: Autora, adaptado de B3 (c2023a).

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa se propôs a comparar o desempenho em ESG das empresas do setor de energia, o mais representativo da carteira teórica de ativos do ISE B3 em 2022. Os resultados revelaram que as dimensões de Governança Corporativa e Alta Gestão, bem como Modelo de Negócios e Inovação, destacaram-se com as melhores médias, enquanto Capital Humano e Meio Ambiente obtiveram pontuações mais baixas. Notavelmente, as maiores variações nas pontuações ocorreram nas dimensões relacionadas à questão ambiental.

No escopo da análise individual das empresas, a EDP Energias do Brasil se destacou, liderando em quatro das seis dimensões, evidenciando seu compromisso com práticas ESG. Contudo, a CPFL Energia e ENGIE Brasil/Neoenergia também alcançaram resultados significativos em áreas específicas.

A pesquisa preenche uma lacuna de conhecimento ao se aprofundar sobre as razões, critérios e elementos que levam uma organização a se destacar em índices de sustentabilidade em termos de responsabilidade ambiental, social e de governança, diferenciando-se de estudos anteriores que, geralmente, enfocam o impacto na questão financeira e na performance dos ativos na bolsa de valores.

No contexto prático, os resultados desse trabalho servem como referência para outras organizações do setor de energia, orientando-as sobre práticas destacadas na agenda ESG, independentemente de sua inclusão na carteira do ISE B3. Para profissionais envolvidos com relatórios e divulgações ambientais, esse estudo oferece um guia sobre as expectativas de mercado e práticas das empresas que se destacam no cenário nacional.

Essas descobertas não apenas contribuem para o entendimento das práticas ESG no segmento, mas também promovem a reflexão sobre a importância de incluir as mais altas instâncias hierárquicas nas estratégias ESG e como as empresas podem adotar abordagens sistêmicas e estruturadas para melhorar continuamente seu desempenho ambiental.

7 RECOMENDAÇÕES

Embora ofereça uma visão abrangente do setor de energia, é crucial reconhecer que esta pesquisa se concentrou em apenas um dos 29 setores que compõem o ISE B3. Recomenda-se, portanto, pesquisas futuras para ampliar essa análise para os demais segmentos.

8 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. de; BUENO, M. P.; SOUSA, A. A. de; MENDONÇA, P. S. M. **Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores**. In: Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 3, 2006. III CONVIBRA. Disponível em: <https://silo.tips/download/iii-convibra-24-a-26-de-novembro-de-2006-2#>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- ANBIMA. **Guia ASG II: aspectos ASG para gestores e para fundos de investimento**. 2021. 101 p. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/93/F5/05/BE/FEFDE71056DEBDE76B2BA2A8/Guia_ASG_II.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.
- B IMPACT ASSESSMENT. **B Impact Assessment Structure**. 2020. Disponível em: <https://kb.bimpactassessment.net/support/solutions/articles/43000574682-b-impact-assessment-structure>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- BRAVO RESEARCH. **A evolução do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e sua aplicabilidade**. 2023. Disponível em: iseb3-site.s3.amazonaws.com/Estudo_ISE_B3_-_julho_2023.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.
- B3. **Carteiras e Questionários**. c2023a. Disponível em: iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios. Acesso em: 15 set. 2023.
- B3. **Diretrizes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)**. Informação Pública, 2023b. Disponível em: iseb3-site.s3.amazonaws.com/ISE_B3_-_Diretrizes_2023-vf-07jul2023.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.
- B3. **O que é o ISE B3**. c2023c. Disponível em: iseb3.com.br/o-que-e-o-ise. Acesso em: 15 set. 2023.
- CDP. **CDP scoring methodology guidance**. 2023. Disponível em: <https://www.cdp.net/en/scores/cdp-scores-explained>. Acesso em: 15 set. 2023.
- CENTENO, M. M. P.; VIOR, I.; VIOR, A.; ROSSI, A.; TALLELIS, C. Los índices bursátiles de sostenibilidad en América Latina y el Caribe: Relevamiento empírico. **Revista Activos**, v. 19, n. 2, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/activos/article/view/6685/6285>. Acesso em 31 mai. 2023.
- COSTA, M. R. S. M. da. **Avaliação do desempenho de empresas de energia elétrica no Brasil sob a ótica de variáveis ambientais, sociais e de governança corporativa**. 2018.

Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2018.
Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05022019-151400/en.php>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. C. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**. Anuário de Pesquisa: GV Pesquisa 2026-2017, 2017, São Paulo: FGV-EAESP. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/issue/view/4030/1982>. Acesso em: 23 abr. 2023.

GRI. **Global Reporting Initiative**. c2023. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

IFRS. **SASB Standards**. c2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org>. Acesso em: 30 mai. 2023.

KPMG. **Big shifts, small steps: Survey of Sustainability Reporting 2022**. 2022. Disponível em: <https://kpmg.com/xx/en/home/insights/2022/09/survey-of-sustainability-reporting-2022.html>. Acesso em: 1 jun. 2023.

LANDIM, F. L. P.; LOURINHO, L. A.; LIRA, R. C. M.; SANTOS, Z. M. S. A. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa - doi:10.5020/18061230. 2006. 53p. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 53–58, 2012. DOI: 10.5020/961. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/961>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MOLINA, M. C. G. Desenvolvimento sustentável: do conceito de desenvolvimento aos indicadores de sustentabilidade. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa** (ISSN 2447-8024), v. 4, n. 1, p. 75–93, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/1889/1432>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. **Rev. Teor. Pol. soc.Cidad.**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 103-125, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://fbb.br/wp-content/uploads/2021/12/Gestao-ambiental-e-sustentabilidade-Um-novo-paradigma-economico-para-as-organizacoes-modernas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil**. c2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 mai. 2023.

PACTO GLOBAL. **A iniciativa**. [2023?]. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PRI. **Princípios para o Investimento Responsável (PRI)**. 2019. Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=10969>. Acesso em: 24 abr 2023.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 mai. 2023.

SASB. **Sustainability Accounting Standards Board**. c2023. Disponível em: <https://www.sasb.org>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SILVA, V. M.; LOPES, W. G. L. de. Contabilidade ambiental: análise da participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e a rentabilidade das empresas listadas na B3. **Revista Gestão & Tecnologia**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 109-125, abr. 2019. ISSN 2177-6652. Disponível em: <http://revistagt.emnuvens.com.br/get/article/view/1563/932>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SISTEMA B BRASIL. **Sobre o Movimento B - Sistema B Brasil**. c2023. Disponível em: <https://sistemabbrasil.org/seja-empresa-b/>. Acesso em: 2 jun. 2023.

S&P DJI. **What is an Index? | S&P Dow Jones Indices**. c2023. Disponível em: <https://www.spglobal.com/spdji/en/research-insights/index-literacy/what-is-an-index/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UN GLOBAL COMPACT. **Communication on Progress**. c2023. Disponível em: <https://unglobalcompact.org/participation/report/cop>. Acesso em: 30 mai. 2023.

XP EDUCAÇÃO. **Carteira teórica: o que é? Como ela é definida?**. 2022. Disponível em: <https://blog.xpeducacao.com.br/carteira-teorica/>. Acesso em: 8 dez. 2023.